

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

**GISÉLI FERREIRA ALVES**

**“SOFREMOS MUITO COM A PRECARIZAÇÃO”: CONDIÇÕES DE TRABALHO  
DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
MIRANORTE-TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO  
2019**

GISÉLI FERREIRA ALVES

“SOFREMOS MUITO COM A PRECARIZAÇÃO”: CONDIÇÕES DE TRABALHO  
DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
MIRANORTE-TO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins- UFT, Campus Universitário de Miracema do Tocantins – TO para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Política Social, sob orientação da professora mestre Débora de Paula Bolzan.

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A474s     Alves, Giséli Ferreira.

Sofremos muito com a Precarização: Condições de trabalho das assistentes sociais da Política de Assistência Social de Miranorte-TO . / Giséli Ferreira Alves. – Miracema, TO, 2019.

88 f.

Monografia de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, 2019.

Orientador:

Coorientador: Débora de Paula Bolzan

1. Política de Assistência Social. 2. Precarização. 3. Condições de Trabalho. 4. Assistência Social. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GISÉLI FERREIRA ALVES

"SOFREMOS MUITO COM A PRECARIZAÇÃO": CONDIÇÕES DE TRABALHO  
DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
MIRANORTE-TO

Monografia apresentada à Universidade  
Federal do Tocantins- UFT, Campus  
Universitário de Miracema do Tocantins –  
TO para obtenção do título de  
Especialista em Serviço Social e Política  
Social, sob orientação da professora  
mestre Débora de Paula Bolzan.

Data de Apresentação: 14/02/2019.

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Msc Débora de Paula Bolzan. Orientadora, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dra Clarissa Alves Fernandes Menezes. Examinadora, UFT.

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Msc Milena Carlos de Lacerda. Examinadora, UFT.

Dedico este trabalho aos meus pais, Luzimar e Antonio, meus maiores motivadores para ter chegado até onde cheguei, sem vocês não poderia está realizando mais esta etapa em minha vida.

Deixo aqui registrado o imenso amor que tenho por vocês, pois foi a quem procurei sempre me espelhar. Obrigada pela educação que me deram, apesar de todas as dificuldades. Obrigada por tudo. Eu os amo muito.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por me conceder saúde para seguir minha trajetória e estar sempre presente em minha vida, por me dar forças para seguir sempre adiante com meus estudos. Sinto-me muito feliz e realizada por chegar a mais uma etapa concluída em minha vida de muitas que ainda virão. Obrigada Deus!

Em segundo lugar, os meus agradecimentos vão para meus pais que foram os maiores responsáveis por eu chegar até aqui sempre me incentivando e me dando todo o amor, cuidado, e todos os ensinamentos. Eu os amo eternamente! Não poderia deixar de agradecer também aos meus irmãos: Samuel, Felismar, Eudismá e Rones. Obrigada por tudo!

Um agradecimento especial ao meu “bem” Williams sou grata por você fazer parte da minha vida, cuidar de mim, por me motivar sempre a seguirem frente e conquistar tudo o que almejo. Amo você!

Sou muito grata a minha orientadora Débora Bolzan por aceitar participar da construção de mais esse trabalho, obrigada por todas as contribuições, pela atenção e dedicação. Agradeço à minha banca avaliadora professora Dr. Clarissa Alves Fernandes de Menezes e Msc. Milena Carlos de Lacerda por aceitarem participar da avaliação deste trabalho. Meus agradecimentos também à Universidade Federal do Tocantins-UFT que me proporcionou essa incrível oportunidade de me tornar especialista. Sou grata também aos meus chefes de trabalho no IBGE agência de Miracema-TO por serem tão compreensivos comigo.

Agradeço de uma forma geral a todos os professores da especialização que contribuíram para a conclusão de mais essa etapa em minha vida. Aos meus companheiros e companheiras da 1º turma, em especial à Wesleya, Janaína, Lidiely, Elayne, Dalsiza e Jessica. Agradeço aos meus amigos e amigas de perto e de longe. E por fim, agradeço a todos e todas que fizeram parte direta e indireta desse momento tão especial para mim.

Obrigada a todos e todas!

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos. Mais justos. Mais solidário”

(Marilda Vilella Yamamoto).

## RESUMO

Esta pesquisa é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Serviço Social e Política Social realizado com profissionais atuantes na Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO. Teve como objetivos analisar as condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social do município de Miranorte-TO e compreender os impactos do processo de precarização do trabalho para o serviço social e para a política pública de assistência social. Foi utilizada a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada com quatro assistentes sociais. Verificou-se que o processo de precarização atinge as condições de trabalho no serviço social, principalmente com relação aos salários, vínculos com reduzidos direitos sociais e na falta de investimento nas estruturas físicas e materiais de trabalho e atendimento à população. Os resultados apontam um visível processo de precarização das condições de trabalho no serviço social, deixando sua marca: direitos reduzidos, instabilidade, insegurança e baixos salários, como se infere dos relatos dessas profissionais. Diante de tais condições, as profissionais almejam no concurso público a possibilidade de melhoria da condição laboral. Por fim, mesmo diante das difíceis condições de trabalho a que estão submetidas, todas as profissionais entrevistadas estão engajadas nas bandeiras de luta do serviço social, buscando concretizar o Projeto Ético Político e o serviço social enquanto profissão crítica e interventiva.

**Palavras-chaves:** Política de Assistência Social; Precarização; Condições de Trabalho.



## SUMMARY

This research results from the Conclusion of a Specialization Course in Social Work and Social Policy carried out with professionals working in the Social Assistance Policy of the municipality of Miranorte-TO. The objective of this study was to analyze the working conditions of the social workers of the social assistance public policy of the municipality of Miranorte-TO and to understand the impacts of the process of precariousness of work for the social service and the public policy of social assistance. We used the qualitative approach, bibliographical research and as a data collection instrument we used the semi-structured interview with four social workers. It was verified that the process of precarization reaches the conditions of work in the social service, mainly with respect to salaries, ties with reduced social rights and the lack of investment in the physical and material structures of work and attendance to the population. The results point to a visible process of precariousness of working conditions in the social service, leaving its mark: reduced rights, instability, insecurity and low wages, as inferred from the reports of these professionals. Faced with such conditions, the professionals seek in the public tender the possibility of improving the work status. Finally, despite the difficult working conditions to which they are subjected, all the professionals interviewed are engaged in the struggle of the social service, seeking to concretize the Political Ethical Project and the social service as a critical and interventionary profession.

**Keywords:** Social Assistance Policy; Precariousness; Working Conditions.

## LISTA DE QUADROS

Quadro I .....	62
Quadro II .....	63

## **LISTA DE SIGLAS**

CBCISS- Centro Brasileiro de Cooperação de Intercâmbio de Serviços Sociais

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

CRESS/TO- Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins

EUA- Estados Unidos da América

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA- Liberdade Assistida

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PSC- Prestação de Serviços à Comunidade

SETAS- Secretaria do Trabalho e da Assistência Social

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

UFT- Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Breve Histórico do Serviço Social no Brasil .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 A atuação profissional o assistente social na Política de Assistência Social .....</b>	<b>27</b>
<b>3 O TRABALHO NO BRASIL: UM ESBOÇO DA SUA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1 Contexto histórico e repercussões no mundo do trabalho .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2 As novas configurações do trabalho no Brasil: conflitos e precarização</b>	<b>50</b>
<b>4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIRANORTE – TO .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Condições de trabalho das assistentes sociais da Política Pública De Assistência Social de Miranorte – TO .....</b>	<b>59</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresenta uma discussão acerca da Política de Assistência Social, com enfoque nas condições de trabalho das assistentes sociais da Política Pública de Assistência Social do município de Miranorte – TO.

Em consequência das diversas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais na atual sociedade capitalista, houve o surgimento das novas formas de organização do estado, da sociedade e do trabalho, assim como, também novas formas e transformações do pensamento e das relações sociais (ANTUNES, 2001). Em decorrência disso, o profissional Assistente Social, se insere no estado, empresas privadas e na sociedade civil organizada, em meio às desigualdades produzidas no interior desta sociabilidade capitalista.

Assim, o Serviço Social como especialização do trabalho e o Assistente Social enquanto profissional, se inserem na luta pela efetivação dos direitos sociais, em defesa dos interesses da classe trabalhadora e de uma nova ordem societária, buscando a equidade e a justiça social, como dispõe o Código de Ética do/da Assistente Social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 2012).

O interesse em pesquisar sobre as condições de trabalho das assistentes sociais da Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO se deu pelo fato de ter trajetória acadêmica como pesquisadora na área da Política de Assistência Social desde a graduação, onde realizou-se uma pesquisa sobre a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social- SETAS de Palmas-TO, além de pesquisar tal política, o trabalho também apresentou aspectos das condições de trabalho das assistentes sociais da Secretaria. Assim deu-se continuidade ao estudo do tema na especialização. Além disso, outro interesse em pesquisar o tema proposto nesta pesquisa foi pelo fato de estar cursando a especialização com grande parte das profissionais que atuam na política em tal município, e no decorrer dos debates em sala de aula relatavam algumas de suas experiências do cotidiano de trabalho e por isso despertou o interesse em pesquisar e analisar melhor a realidade dessas profissionais.

A Política Pública de Assistência Social é considerada como uma política fundamental para o Serviço Social, ambos possuem grande relação porque além de ser uma das políticas que mais emprega assistentes sociais no Brasil, é exigindo do profissional compromisso total em lutar pela a garantia de direitos dos usuários desta política, assim como de todas as outras.

Além do mais tal Política em conformidade com a atuação do assistente social deve lutar pela expansão de tais direitos, na perspectiva da ampliação da proteção social brasileira. Além de que, a atuação profissional do assistente social na política pública de assistência social requer o fortalecimento e articulação às lutas mais gerais da classe trabalhadora (CFESS, 2012).

Ao longo dos anos o mundo do trabalho vem sofrendo diversas mudanças no que se refere a sua forma de gestão e organização, a globalização e a precarização são os fatores que mais contribuem para isso. Essas novas configurações do trabalho no Brasil trouxeram e vêm trazendo vários fatores que aumentou e vem aumentando o processo de precarização que assola a classe trabalhadora e intensifica os conflitos de classe.

É possível dizer que a precarização do trabalho trás grandes desafios e limitações para o trabalhador de uma forma geral, seja ele do Serviço Social ou de qualquer outra profissão porque diversos trabalhadores além de possuírem condições físicas e estruturais de trabalho muito precárias, dispõem de contratos temporários tanto no Serviço Social como em outras áreas que geram rotatividade de profissionais, os baixos salários, a falta ou escassez de recursos para a política de assistência social.

Em vista disso, o assistente social, enquanto integrante da classe trabalhadora, não está isento das atuais condições de precarização e flexibilização do mundo do trabalho. Segundo dados do CFESS (2012), 44,6% dos trabalhadores da política de assistência social, incluindo assistentes sociais e outras categorias profissionais, não possuem vínculo permanente com a política de assistência social, levando à rotatividade de profissionais e dificultando a continuidade dos serviços, o que prejudica o andamento a criação de vínculos com os usuários.

Somente com os debates em sala não se pode conhecer as verdadeiras condições de trabalho dessas profissionais, por isso o interesse em pesquisar sobre tal temática no município, através da concepção das profissionais entrevistadas.

Ao ser pensado o principal objetivo a ser pesquisado da referida pesquisa levantou-se a hipótese de que as profissionais viviam condições muito precárias de trabalho, além disso, que possuíam várias limitações em seu cotidiano de trabalho, devido às condições do local de trabalho e até mesmo escassez de recursos.

A amostra constituída para a realização das entrevistas foi constituída por assistentes sociais atuantes na Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO, composta de profissionais com idades variadas, tipos de vínculo/contratos de trabalho iguais, e características sociodemográficas diversas. Não sendo utilizado nenhum critério de seleção como idade, ano de formação, tipo de cargo, etc.

Segundo Vergara (1998), constitui-se de população, o número de habitantes de um local que possuem as características relevantes para determinado estudo, já a população amostral é parte dessa população que foi escolhida por algum critério de representatividade. Na referida pesquisa utilizou-se uma amostra não probabilística, ou seja, a amostra não foi selecionada conforme o quantitativo de profissionais registradas no CRESS e sim aquelas selecionadas por acessibilidade e que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, pois a acessibilidade, “longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles” (VERGARA, 1998, p. 49) ou tipicidade, “constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população”. (VERGARA, 1998, p. 49). Desse modo, a amostragem foi constituída gradativamente, sendo realizadas quatro entrevistas no mês de Abril e Maio de 2018.

O processo de agendamento das entrevistas foi feito através de contato pessoal durante o período das aulas e lembrado através de mensagens via celular. Foram realizadas duas entrevistas no período matutino e duas no período vespertino. Foi feito o convite a outra profissional, mas a mesma não aceitou participar e contribuir com a pesquisa.

Observa-se fundamental importância do assistente social em atuar na garantia dos direitos sociais, e por tudo isso, tal investigação constitui-se de grande relevância para a construção do conhecimento e para a formação profissional e aprimoramento intelectual da pesquisadora. Essa pesquisa pode ser de grande relevância para o Serviço Social, tanto para estudantes, como para os profissionais, especificamente para o curso de Especialização em Serviço Social e Política Social

da Universidade Federal do Tocantins, porque se trata de uma grande temática do Serviço Social e de uma política que atualmente é a área de maior atuação do profissional assistente social.

O trabalho teve como objetivos analisar as condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social do município de Miranorte-TO e compreender os impactos do processo de precarização do trabalho para o serviço social e para a política pública de assistência social.

Tendo um caráter qualitativo, em tal pesquisa há a possibilidade de abarcar a especificidade dos objetivos e possibilita compreender a subjetividade do/a sujeito/a e os múltiplos aspectos da realidade. De acordo com Minayo (2010), o método qualitativo:

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2010, p. 57).

Assim na pesquisa qualitativa consideram-se as particularidades existentes entre sujeito e objeto, que não podem ser separados, ou seja, sujeito e objeto são indissociáveis. Em tal categoria de pesquisa o pesquisador tem a possibilidade de observar e fazer uma análise aprofundada da realidade. Além do mais, a mesma tem por objetivo trabalhar o universo dos significados e um conjunto de fenômenos humanos que devem ser compreendidos em sua integralidade, em dada realidade social. Assim,

Ela trabalha com universos dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p. 21).

Dito isto, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa se constitui de uma análise aprofundada da realidade onde se vai executar a pesquisa. O lócus da pesquisa então é um local que permite ao entrevistador vivenciar de perto a realidade de forma crítica e desvendar a aparência dos fatos, levado em



consideração todos os aspectos, sejam eles sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais.

A pesquisa qualitativa considera que “são analisadas as palavras, as frases e temas que dão significação ao conjunto”, para relacioná-las “com o contexto sociocultural do produtor da mensagem: as intenções, as pressões, a conjuntura, a ideologia que condicionaram a produção da mensagem, em um esforço para articular o rigor objetivo, quantitativo, com a riqueza compreensiva, qualitativa” (CHIZZOTTI, 2008, p. 116).

Para a coleta dos dados da pesquisa utilizou-se a entrevista semiestruturada, que de acordo com Minayo (2010), é uma técnica de comunicação e coleta de dados, que:

É acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. (MINAYO, 2010, p. 261).

Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas em Abril e Maio de 2018, no período matutino e vespertino. Das quatro profissionais entrevistadas, todas mulheres, três possuem pós graduação *lato senso*, uma profissional é graduada. Todas são contratadas. As assistentes sociais foram indagadas sobre suas condições de trabalho, o que falta e o que pode ser melhorado, sobre sua satisfação profissional, do por que escolheram a profissão, se já sofreram algum preconceito por ser assistente social, se possuem benefícios trabalhistas, dentre diversos outros questionamentos.

De acordo com Minayo (2007, p. 64) a entrevista “possibilita combinações entre perguntas fechadas e abertas, onde a pessoa entrevistada encontrará meios de ponderar sobre o assunto em questão sem com isto se prender às indagações formuladas”.

Segundo Triviños (1987):

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada é aquela constituída de perguntas básicas, que possuem relevância para a pesquisa, entendendo que durante a entrevista há a possibilidade de se obter outras informações além daquelas contidas no roteiro de perguntas. Assim,

[...] a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Todas as entrevistas foram gravadas e no momento da concessão das entrevistas, cada profissional assinou um termo de consentimento concordando em participar de forma voluntária, obedecendo assim, todos os procedimentos éticos da pesquisa, de acordo com os apêndices do trabalho. As entrevistas coletadas foram transcritas e analisadas, para obtenção dos resultados buscados. Utilizou-se as letras A, B, C e D no lugar dos nomes das profissionais para que assim fosse mantido o sigilo da pesquisa

A pesquisa foi realizada com base na teoria social marxista, que a partir de então, ganha característica social, uma vez que é necessário entender os processos históricos, econômicos e, principalmente, sociais que se constituem na sociabilidade capitalista. Para Marx (1982 apud PAULO NETTO, 2011)

A teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso- cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto- de sua estrutura e dinâmica- tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. (MARX, 1982, p. 15 apud PAULO NETTO, 2011, p. 21).

Assim, a pesquisa teve uma análise mais profunda da realidade na qual foi pesquisada, sendo levado em consideração os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Para Marx, é pela teoria, que o pesquisador reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto a ser pesquisado, e “esta reprodução será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Detenhamo-nos um pouco neste ponto tão importante e complexo, começando pela própria noção de “ideal” (MARX, 1982 apud PAULO NETTO, 2011).

Segundo o Paulo Netto (2009, p. 08), em Marx “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”. A teoria é verificável na prática social e histórica, visto que objetiva extrair do objeto pesquisado as leis que o regem, leis entendidas como “tendência histórica determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências” (Idem, 2009, p. 09), ou seja, ela é válida para o tempo/espaço.

Tal autor sintetiza o método de Marx como o método que propicia conhecimentos teóricos, partindo da aparência até chegar à essência do objeto pesquisado, ou seja, o estudo capaz de obter a estrutura e dinâmica do objeto mediante procedimentos analíticos e sua síntese, através do método em Marx, “o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (PAULO NETTO, 2009, p. 08).

Considerando a reflexão de Mészáros (2002) afirma-se, que o método marxista, permite entender a realidade em sua totalidade, ou seja, entender a realidade como um amplo conjunto de relações, inseridas no contexto de uma realidade que está em constante movimento e transformação, realidade essa que perpassa e influi nas relações sociais da sociabilidade no modo de produção capitalista, em que o homem, ao transformar a natureza, realizando o trabalho, transforma a si mesmo na relação com os outros homens. Então,

O método em Marx é indissociável da teoria. É impossível analisar o método sem a referência teórica. E é nesta conexão que se apresentam, em Marx, três categorias “teórico metodológicas” que, de acordo com a obra resenhada, são nucleares no pensamento de Marx: totalidade, contradição e mediação. A primeira se deve a união dos complexos sociais que se estabelecem na sociedade, uma totalidade dinâmica que se articula à categoria da contradição, devido a constante transformação da sociedade. Por fim, a categoria da mediação, que indica as relações estabelecidas são mediadas pela estrutura da totalidade. Sendo assim, ao articular estas três categorias, Marx estabeleceu sua perspectiva teórico-metodológica. (GARCIA, 2013, p. 132).

Segundo Triviños (1987, p.151) o método auxilia na análise de determinada realidade social, sendo que o método dialético é “capaz de aprofundar a análise da realidade do fenômeno social, com todas as suas contradições,

dinamismo e relações”. No entanto, tal método “não é fácil de manejar”, pois, além de exigir “capacidade reflexiva ampla, precisa do apoio de vasta informação e de sensibilidade para captar os significados e explicações dos fenômenos não só a nível de sua aparência, mas também, muitas vezes, de sua essência” (TRIVINOS, 1987, p. 151).

Desse modo, este trabalho divide-se da seguinte forma: no primeiro capítulo “Breve histórico do serviço social no Brasil e a atuação profissional do assistente social na política de assistência social”, aborda as origens do Serviço Social no Brasil, seu processo de afirmação enquanto profissão e as transformações sociais e econômicas pelos quais o Brasil passou que foram basilares para legitimar a prática profissional na divisão sócio-técnica do trabalho. Traz uma breve análise da profissão inserida na política pública de Assistência Social, considerando as atribuições e competências profissionais, com base na Lei de Regulamentação da Profissão.

No segundo capítulo intitulado: “O trabalho no Brasil: um esboço da sua história de formação” apresenta-se uma discussão acerca do contexto histórico e repercussões no mundo do trabalho, bem como a precarização que cada vez mais atinge o trabalhador em seus diversos espaços de trabalho.

O terceiro capítulo aponta os resultados e discussões da pesquisa, intitulado como: “A atuação profissional das assistentes sociais da política pública de assistência social no município de Miranorte-TO”, com enfoque nas condições de trabalho dessas profissionais. Foi abordada a Política de Assistência Social, que atualmente se constitui como maior campo de trabalho do profissional assistente social, tendo como locus privilegiado da pesquisa as profissionais atuantes na Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO.

Por fim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta as “Considerações Finais” do referido estudo e análise, assim como, em apêndices o roteiro de entrevista utilizado na entrevista junto às profissionais e o termo de consentimento livre e esclarecido.

## CAPITULO I

### 2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo aborda as origens do Serviço Social no Brasil, seu processo de afirmação enquanto profissão e as transformações sociais e econômicas pelos quais o Brasil passou que foram basilares para legitimar a prática profissional na divisão sócio-técnica do trabalho. Traz uma breve análise da profissão inserida na política pública de Assistência Social, considerando as atribuições e competências profissionais, com base na Lei de Regulamentação da Profissão.

#### 2.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil

A implantação do Serviço Social no Brasil não é um processo isolado, está ligado principalmente aos processos de transformações sociais e econômicas pelos quais o Brasil passou, juntamente com as ações que as instituições, grupos e classes que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no bojo do bloco católico, que mantém o Serviço Social por um tempo nas bases das suas teorias e ideologia, promovendo o assistencialismo, a benemerência e a caridade. Ele não só se origina no interior da igreja católica, mas também se devolve nesse meio, a partir de quando a Igreja se mobiliza para recuperar seus interesses e privilégios e reafirmar sua influência na sociedade (ALVES, 2016).

Segundo Aguiar (2011), antes do Serviço Social se tornar profissão na Europa, já existia ação social, que era mais extensa do que o próprio Serviço Social, que passou a se constituir, nos seus primórdios, como parte dessa ação social. Portanto o Serviço Social nasce da Ação Social, que “é uma ação mais ampla do Serviço Social, exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização” (AGUIAR, 2011, p. 460). Segundo Castro (2008),

A influência sobre o Serviço Social não é algo exclusivo dele, nem pode ser visualizada como apenas correspondente a uma interação só favorável aos europeus. Um amplo processo de relação estrutural e de subordinação nas

distintas esferas da vida social é o substrato das múltiplas formas da influência européia dos mais variados campos e setores de atividade. (CASTRO, 2008, p. 39).

A influência européia na configuração do Serviço Social latino-americano está ligada à subordinação estrutural no modo de produção capitalista e a exploração da força de trabalho e suas consequências, permitindo assim, a grande influência européia no surgimento da profissão nos países latino-americanos (CASTRO, 2008). O Serviço Social no Brasil, nas suas origens, era marcado pela presença da formação doutrinária e moral, que buscava a reconstrução da sociedade em bases cristãs.

No fim do século XIX e início do século XX, os católicos, seguindo as orientações das encíclicas papais, começam a investir na ação social, que tinha como objetivo aumentar a influência cristã na sociedade brasileira. Com isso estariam combatendo o laicismo e o comunismo, pretendendo uma nova ordem na qual a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tivessem como base o evangelho. Assim, as escolas de Serviço Social tinham um corpo docente composto por diversos profissionais, dentre eles, religiosos, bacharéis, educadores e outros profissionais liberais, por exemplo, médicos, sanitaristas, etc. Todos estes tinham vínculos com o movimento católico (IAMAMOTO, 2007),

De acordo com Iamamoto (2007), o entendimento do Serviço Social como profissão tem como fator principal o desenvolvimento do capitalismo industrial, a expansão urbana e o crescimento das cidades, ocasionando êxodo rural, a busca por trabalho e melhores condições de vida nas grandes cidades, acentuando as expressões da questão social e o crescimento da classe dos trabalhadores, também denominada de proletariado para Marx e Engels (1848).

Nesse contexto, a profissão do assistente social, só pode ser entendida no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, de acordo com a particularidade de cada país latino-americano, assim:

O processo de imposição da lógica da acumulação capitalista é o eixo em torno do qual se articulam e organizam as funções do Estado e a luta das classes sociais para alcançar sua hegemonia e, naturalmente, entre o conjunto delas e a classe operária, que emerge como o contrário da implantação das relações assalariadas de exploração. (CASTRO, 2008, p. 45).

O Estado assume a função de mediador entre as classes, intermediando os interesses antagônicos entre a classe operária e a burguesia. No entanto, sua atuação não é neutra.

A classe proletária são os operários modernos, trabalhadores das fábricas, ou seja, são aqueles que vendem a sua força de trabalho como única forma para sobreviver. Esses operários vendem sua “mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequências estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado” (MARX, ENGELS, 1848, p. 18). A grande classe burguesa também foi se expandindo. Então:

É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emergem sobre novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões dos processos de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

Nessa conjuntura, a classe trabalhadora passa a ser vista e reconhecida como classe, e o Estado passa a ter um papel importante nessa relação entre os trabalhadores e os grandes empresários, entre o trabalho *versus* o capital. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre as classes, estabelecendo normas para regulamentar o mercado de trabalho. Através das legislações específicas, o Estado direciona-se para a organização e prestação dos serviços sociais, que passariam a ser uma nova forma de enfrentamento da questão social.

Assim a questão social é entendida como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2007, p. 16-17).

Segundo Castro (2008), o desenvolvimento e o surgimento da profissão de Serviço Social, podem ser explicados a nível superestrutural, porque surge no desenvolver das forças produtivas, no modo de produção e nas relações entre classes.

Em consequência disso os males derivados das contradições do modo de produção capitalista se alargaram, como a miséria, crescimento urbano desordenado, migrações de camponeses expulsos de suas terras, desenvolvendo a necessidade de agentes e de profissões para atuar diante dessas demandas, entre eles consta os assistentes sociais.

No contexto da sociedade brasileira dos anos 1930, a classe operária se organiza e luta para conquistar melhorias, exigindo melhores condições de trabalho. Sendo assim, o capital articulava mecanismos que viessem manipular e desarticular os trabalhadores, tendo o Serviço Social como um aliado para tais objetivos, neste contexto histórico (CASTRO, 2008).

Durante a presidência de Getúlio Vargas o Serviço Social é chamado pelo estado para atuar nas expressões da questão social, durante o Estado Novo. O profissional assistente social atua na reprodução do capitalismo, mesmo sem a plena consciência disso. É somente com o processo de autocrítica e revisão teórica, durante o Movimento de Reconceituação, que a profissão adquire mais consciência do seu histórico papel na reprodução desse sistema.

De início o Serviço Social no Brasil era caritativo e beneficente, com a participação constante da igreja e da sociedade civil na criação das escolas de Serviço Social e no atendimento aos necessitados. O conservadorismo católico caracterizou o surgimento do Serviço Social no Brasil nos anos 1930, tendo como amparo teórico os ensinamentos morais cristãos e nos anos de 1940 a teoria social positivista.

Durante a década de 1950 o campo de trabalho para o Serviço Social se expande e os assistentes sociais passaram a ser requisitados nas instituições previdenciárias para atuar junto à população usuária. Desse modo, a profissão amplia consideravelmente seus postos de trabalho, abrangendo a previdência, prestando esclarecimentos e informações sobre os direitos previdenciários e sobre a legislação trabalhista e a organização dos serviços assistenciais. As instituições públicas e muitas empresas de grande porte passaram a desenvolver e ampliar os serviços assistenciais: serviços de assistência médica, alimentar, educacionais, conjuntos habitacionais, vilas operárias, auxílios diversos e outros (IAMAMOTO, 2007).

No decorrer da década de 1960 o Serviço Social protagonizou o início do Movimento de Reconceituação, repensando suas bases e seus posicionamentos,



perfazendo um olhar um pouco mais crítico sobre as práticas profissionais, seu viés caritativo e beneficente e começa um processo de busca pela laicização da profissão, fundamentando-se nas ciências sociais, com o firme propósito de capacitar o homem para que ele assuma o seu papel na sociedade, construindo e contribuindo para seu avanço, recorrendo à fenomenologia como amparo técnico científico.

No primeiro momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, aconteceram dois encontros que marcaram o esforço da categoria dos assistentes sociais no que se refere a sistematização teórico-prática do Serviço Social. O Encontro de Araxá, realizado em 1967 e o Encontro de Teresópolis, que aconteceu em 1972. Nesses dois encontros foram produzidos documentos que explicitavam e reafirmavam a diretriz do Serviço Social tradicional buscando a integração social e que a profissão viesse assumir a proposta de modernização colocada como padrão para a sociedade brasileira (SILVA E SILVA, 2011).

É a partir de 1970 que a perspectiva marxista começa a ser colocada no Serviço Social brasileiro,

Inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelho ideológicos do Estado, seguindo a tendência do movimento de Reconceituação, em nível continental, naquele momento, que negava a prática institucional e enfatizava a militância política. É conveniente destacar que essa concepção não se restringe no âmbito do Serviço Social, mas influencia todas as profissões circunscritas ao social, bem como as práticas políticas em geral, encontrando campo fértil na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido. (SILVA E SILVA, 2011, p. 35).

Esse Movimento gesta-se em meados da década de 1960 e somente toma força a partir da década de 1970. Para Paulo Netto (2005) esse foi um marco muito importante na profissão, sendo que a reconceituação foi vista como uma crítica ao Serviço Social tradicional, de caráter assistencialista e caritativo. Sobre a reconceituação, levando em consideração o pensamento do autor, pode-se concluir que,

Todos aqueles assistentes sociais que estavam convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as mudanças sociais requeridas para superar o quadro de subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social Tradicional”, foi essa grande união que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados

em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social. (PAULO NETTO, 2005, p. 9-10).

O objetivo principal do Movimento de Reconceituação era o rompimento com o tradicionalismo e o conservadorismo presentes no Serviço Social, assim um grupo de profissionais se uniu para trazer novas bases teóricas à profissão. Segundo Faleiros (2005):

Para entender a reconceituação não basta contrapor-se o “novo” ao “velho” Serviço Social. É muito simplista, como se houvesse existido somente uma modernização, que teria sentido na medida em que pudesse ter trazido mais eficiência ou eficácia à atividade profissional. É preciso ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias sócio profissionais. (FALEIROS, 2005, p. 22).

No Brasil o Serviço Social se consolida como profissão, ligada ao setor público e também às organizações patronais privadas, de caráter empresarial que se dedicavam a desenvolver serviços sociais voltados à população, concretizando-se como profissão assalariada a serviço dos interesses da classe trabalhadora e de seus direitos. É regulamentada como uma profissão liberal, ou seja, tem autonomia, mesmo que relativa, em seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2007).

Um grupo de profissionais em Belo Horizonte formulou o método de BH, que se constituiu de uma proposta crítica para o Serviço Social, influenciando o setor mais crítico da profissão, principalmente aqueles que se encontravam nas universidades.

Segundo Paulo Netto (1999), o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), depois dos documentos de Araxá e Teresópolis, produziu o documento de Sumaré, no Rio de Janeiro, em 1978. Esse documento “considera que a reconceituação possa ter um caráter funcionalista sistêmico. Discute as possibilidades de um Serviço Social na ótica dialética e na ótica da fenomenologia, abrindo-se ao pluralismo” (FALEIROS, 2005, p. 24).

Em 1979 acontece o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marcado pela reorganização política profissional. Neste Congresso, as autoridades militares foram substituídas por representantes das organizações populares e demarcou os novos posicionamentos da categoria. Este congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

Ainda na década de 1980, no Brasil, a corrente marxista passa a fazer parte do corpo teórico do Serviço Social. O Serviço Social rompeu com o

tradicionalismo através da sua reconceituação, passou a incentivar a produção de conhecimento através de pesquisas e publicações e a categoria reforçou a necessidade de organizar-se e fortalecer os Conselhos Regionais e Federal, mudando radicalmente a profissão. Assim, segundo o autor,

É preciso este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela intervenção política. (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

Borges (2012), parafraseando o pensamento de Netto (2002) ao analisar a renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, caracteriza três perspectivas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Esta última foi a quem mais influenciou o processo de construção do projeto ético-político profissional. Nesse sentido,

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade de ação profissional do Assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes as condições de exercício profissional, busca colocar objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

Nessa nova perspectiva, a formação profissional do assistente social passa a buscar pela eficiência e modernização da profissão e o planejamento, a coordenação e a administração passam a ter um papel fundamental, junto com o fato de o profissional ter que se capacitar para atender as demandas, passando a atuar com profissionais de outras áreas de formação.

O novo perfil profissional atua defendendo e lutando pela efetivação de direitos da classe trabalhadora e, para isso, deve ser um profissional criativo e propositivo, capaz de atuar na realidade social diante das demandas que lhe são postas.

Uma das conquistas mais recentes da categoria se materializou através da Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que estabelece a jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais. Essa conquista foi resultado de intensa pressão das entidades organizativas junto a parlamentares e organização política da

categoria. No entanto, ainda existem profissionais que trabalham com jornada de 40 horas semanais, deixando claro que a luta contra a precarização do trabalho é contínua, cautelosa e pertence a toda classe trabalhadora. O tópico a seguir abordará a atuação profissional do assistente social na política de assistência social.

## **2.2 A atuação profissional do assistente social na Política De Assistência Social**

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, junto à Política de Assistência Social, são baseadas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), que requisita do profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto histórico no qual a atuação do assistente social está inserida.

Antes de abranger a história da Política de Assistência Social, cabe expor um breve histórico das políticas sociais no Brasil. Tais políticas tiveram sua trajetória influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no mundo e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna (ALVES, 2016).

Em resposta as desigualdades sociais, oriundas da expansão do modo de produção capitalista, a classe trabalhadora se organiza em movimentos populares para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, em busca de um novo ordenamento social, provocando uma ameaça crescente à classe dos mais favorecidos pelo capital, a partir do momento em que vão à busca de melhores condições de vida e trabalho.

Assim, as políticas sociais fundamentam-se, não apenas pelo aprofundamento das expressões da questão social, mas também devido aos movimentos sociais terem se tornado mais organizados e fortes politicamente, pressionando e cobrando os governos por serviços e proteção social (PEREIRA, 2008). A Política de Assistência Social, bem como as demais, se originam deste movimento.

A Política de Assistência Social no Brasil foi regulada no ano de 1993, sendo a última área da seguridade social a ser legislada, predizendo grande mudança no sistema de proteção social brasileiro, com foco em programas voltados para o reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, de caráter preventivo,

superadores da visão assistencialista, com a descentralização dos programas e serviços, além do mais, ampliando a participação dos usuários (MESTRINER, 2008).

Somente no ano de 1985 a Assistência Social foi incluída “como campo planejado de ação nos planos governamentais, com recursos formalmente garantidos” (BOSCHETTI, 2006, p. 6-7), compondo o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Antes de passar a ser um direito social e ter status de política social como a previdência e a saúde, a Assistência Social fazia parte do cenário social e político, mas representava figura como “parente pobre” das demais políticas sociais (BOSCHETTI, 2006).

Através da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é instituída como uma política social não contributiva, voltada para atender aqueles que não conseguem suprir suas necessidades, por condições geracionais, por exemplo, a infância e a velhice ou por causa de problemas físicos ou mentais. Tal política social historicamente tem se tornado uma medida de enfrentamento da questão social pelo Estado. Yasbek (2009) afirma que:

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que imbricam as relações entre as classes e estas com o Estado. (YASBEK 2009, p. 64)

No que se refere ao público usuário da Política de Assistência Social, o artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que poderão acessar seus benefícios, serviços, programas e projetos os usuários que dela precisarem, tendo por objetivo esta política, proteger a família, a adolescência, a infância, a maternidade e velhice; proteger crianças e adolescentes; promover a integração ao mercado de trabalho; habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiência e o idoso que não é capaz de se manter e nem possui manutenção provida pela sua família (ALVES, 2009).

Em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), capítulo II, sessão I, a Política de Assistência Social se rege pelos princípios democráticos a seguir: a supremacia às necessidades sociais; a universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão à sua autonomia e direitos a benefícios e serviços de qualidade; igualdade de direito no acesso ao atendimento

com equivalência às populações urbanas e rurais e ampla divulgação dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais (BRASIL, 2004).

A Política de Assistência Social é organizada através de suas diretrizes que se baseiam na Lei Orgânica da Assistência Social e na Constituição Federal de 1988, sendo: Descentralização político organizativa; Participação da população através de organizações representativas na formulação das políticas sociais; Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo e centralidade na família para a concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 2004).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, são considerados como o público alvo desta política:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (ALVES, 2009, p. 88).

Historicamente a Assistência Social tem sido pouco valorizada por gestões políticas municipais, estaduais e federais, não só como objeto de interesse científico, mas também como componente integral dos esquemas de proteção social pública, que desde os fins do século XIX, e com maior presença a partir dos anos 40 do século XX, se expressaram nas articulações e nos conflitos entre o Estado e a sociedade, com a intenção de serem definidos os direitos e as políticas de conteúdo social (PEREIRA, 2008).

Assim, a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada tão-somente para reparar carências gritantes de pessoas que quedaram-se em estado de pobreza extrema. (PEREIRA, 2008, p. 217-218).

Antes da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social não era vista como um direito social e sim pelo o que ela aparentava ser, ou seja, ajuda aos necessitados que se encontrava em situação de pobreza extrema, utilizada,

inclusive, como moeda de barganha e troca por políticos populistas, com fins eleitoreiros.

Ela não estaria voltada apenas para a pobreza absoluta<sup>1</sup>, e sim para a pobreza relativa<sup>2</sup> ou para a desigualdade social. Ao contrário, a política de assistência social deve fortalecer as condições de eficácia das demais políticas sociais, combater pobreza e à reprodução da mesma entre as novas gerações (PEREIRA, 2008).

É preciso deixar claro que a Assistência Social definida pela Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Constituição, e a Política Nacional de Assistência Social, alçam tal política no rol das políticas públicas não contributivas, bem como a política de saúde, a previdência, a educação, etc. Assim, o conceito de uma política pública:

É, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. É o que preferimos chamar de controle democrático exercido pelo cidadão comum, porque é um controle coletivo, que emana da base da sociedade, em prol da ampliação da democracia e da cidadania. (PEREIRA, 2008, p. 222).

A Política de Assistência Social se inter-relaciona com os demais direitos sociais, pois esses direitos têm a perspectiva de equidade, da justiça social e exigem que o Estado venha a intervir de forma positiva, ativa e interventiva na sociedade, ou seja, que o Estado venha a concretizar esses direitos sociais.

A história da Política de Assistência Social brasileira “pode ser lida como a história de uma política em constante conflito com as formas capitalistas de organização social” (BOSCHETTI, 2006, p. 5). Ao mesmo tempo em que tomava um

---

<sup>1</sup>A determinação da linha de pobreza na abordagem absoluta é baseada na estimativa das necessidades básicas e recursos necessários para atendê-las. As medidas absolutas são interessantes por sua característica empírica. Elas estimam aproximadamente o mínimo para uma família viver em sociedade, com padrão de vida considerado decente. Sua maior vantagem é permitir o reajuste do valor mínimo necessário, baseado em nível fixo de necessidades. (LISTER, 2004, p. 37).

<sup>2</sup>Esta abordagem está baseada na privação econômica relativa. Famílias ou indivíduos são considerados pobres se não têm a renda necessária para atingir o padrão de vida corrente de uma determinada sociedade. A maioria dos países europeus adota esta abordagem para definir a linha da pobreza. Uma vantagem desta medida é que permite a mudança no padrão de consumo ao longo do tempo. As medidas de pobreza relativa se ajustam aos padrões da sociedade. As pessoas são consideradas pobres se não conseguem viver da forma considerada costumeira numa dada sociedade. (LISTER, 2004, p. 38).

caráter universal, também se tornava seletiva, porque buscava atender a parcela mais pobre, tornando-se uma política seletiva. Mota (2008) se refere à Política de Assistência Social, caracterizando-a de acordo com seguridade social, da seguinte maneira:

Situamos a seguridade social na dinâmica da reprodução social e aventamos a hipótese de que está em processo de consolidação uma nova estratégia de dominação política: uma nova reforma social e moral da burguesia, reveladora da sua pedagogia da hegemonia, e que se realiza através do atendimento de algumas necessidades objetivas das classes trabalhadoras, integrando-as à sua lógica reprodutiva. Essa reforma implica numa passivização da “questão social”, que se desloca do campo do trabalho para se apresentar como sinônimo das expressões da pobreza e, por isso mesmo, objeto do direito à assistência e não ao trabalho. (MOTA, 2008, p. 142).

As políticas sociais, especialmente se tratando da política de Assistência Social, atuam também como estratégias capitalistas junto ao Estado para amenizar os conflitos entre as classes. O Estado é pressionado pela classe trabalhadora para atender algumas das suas exigências, não deixando de atender também as demandas do capital. “As relações sociais explicam, pois o Estado” (IAMAMOTO, 2007, p. 81).

Para manter a coesão e a ordem social torna-se necessário uma série de políticas: trabalhistas, sociais e educacionais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, com atuação direta de assistentes sociais. Os serviços sociais passam a ser mecanismos de persuasão, coesão e controle da classe trabalhadora; mantendo a classe trabalhadora com os mínimos sociais necessários (ALVES, 2016).

Iamamoto (2007) observa que o assistente social atua nessa contradição entre os interesses da classe trabalhadora e os da classe burguesa, sendo seu trabalho profissional requerido pela classe dominante e pelo Estado para atuar junto à classe trabalhadora. No entanto, quem remunera o profissional não são aqueles que irão receber sua intervenção, existindo uma diferença entre quem o remunera e quem recebe seus serviços do profissional (IAMAMOTO, 2007).

Através da Constituição de 1988, a Assistência Social passou a ser reconhecida politicamente como um direito social, isso se deu por dois motivos:

De um lado, a noção de direito rompeu com as interpretações reducionistas de orientação liberal e religiosa que viam a assistência social como simples ações benevolentes e filantrópicas. De outro lado, a inclusão da assistência social no campo da seguridade social encerrou (ao menos formalmente) a



confirmação do sistema de proteção social brasileiro no complexo previdenciário- assistencial. (BOSCHETTI, 2006, p. 9).

Assim, tal política tem duas funções principais na realidade brasileira: concretizar os direitos sociais e manter o envolvimento popular (PEREIRA, 2008). Os conselhos são exemplos dessa participação da população. E tanto uma como a outra função, podem promover indivíduos ou grupos que venham a intervir na Política de Assistência Social, articulada com as demais políticas públicas.

Então se entende que, a Política de Assistência Social se identifica com os demais direitos sociais, pois esses direitos têm a perspectiva de equidade, da justiça social e exigem que o Estado venha a intervir de forma: positiva, ativa e intervencionista na sociedade, ou seja, que o Estado venha a concretizar esses direitos sociais. E é visível na atualidade que muitos desses direitos sociais estão sendo negados.

Para Pereira (2008) a Assistência Social deve agir não só no sentido de livrar os seus destinatários dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os preventivamente das adversidades causadas, em sua vida cotidiana, como por exemplo, as enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar etc. “Trata-se, assim, a Política de Assistência Social, de medida ativa e positiva que, além de procurar corrigir injustiças, visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais que apresentam ameaças, perdas e danos a vários segmentos sociais” (PEREIRA, 2008, p. 225).

Por isso, essa política está ligada às funções tanto de promoção, quanto de inserção, prevenção e de proteção, porque a política pública é que concretiza direitos e é promotora e otimizadora das necessidades. Nessa perspectiva, a Política de Assistência Social deve adquirir as seguintes características:

- a) Embora não seja em si mesma universal, já que tem como destinatários segmentos sociais particulares (crianças e adolescentes carentes, idosos, pessoa portadoras de deficiência e famílias sem condições de se auto-sustentar, desempregados e empregados de baixa renda), ela deve realizar uma necessária tarefa universalizadora ao incorporar e manter incorporados no circuito das institucionalidades prevaletentes (direitos, leis, políticas) esses destinatários;
- b) Por ser gratuita e sem fins lucrativos, automaticamente prevê o efetivo comprometimento do Estado e o envolvimento desinteressado da sociedade na regulação, na provisão, e no controle democrático de sua operacionalização. E é só nesse sentido que ela funcionará como um espaço público, onde tanto o Estado como a sociedade se farão presentes colocando-se a serviço de interesses coletivos. (PEREIRA, 2008, p. 228).

Tal política traz diversos desafios para os profissionais que nela atuam, pois requer comprometimento do Estado e do controle democrático por parte da sociedade, para que a desigualdade social se torne uma preocupação de todas as partes, governantes e seguimentos sociais.

Neste sentido, o Serviço Social e a Política de Assistência Social possuem uma grande relação, pois esta política é uma grande empregadora de assistentes sociais no Brasil, exigindo compromisso profissional, na luta pela expansão dos direitos, na perspectiva da ampliação da proteção social brasileira. Além do mais, a atuação profissional do assistente social na política pública de assistência social requer o fortalecimento e articulação às lutas mais gerais da classe trabalhadora (CFESS, 2012).

Desse modo, a atuação profissional do assistente social na Política de Assistência Social deve ser orientada e norteadada pela Lei que regulamenta a profissão, que é a Lei nº 8662/93 e também pelo o Código de Ética Profissional.

Observa-se que os maiores desafios profissionais dos assistentes sociais sejam eles na Política de Assistência Social, assim como em qualquer outro espaço de trabalho, se referem às condições de trabalho, sejam elas por questões de salários modestos, vínculos de contratos precários, além das condições estruturais pouco satisfatórias.

Além disso, a rotatividade de profissionais do Serviço Social e de outras profissões, causadas pela falta de concursos públicos traz a descontinuidade dos serviços e a cada mudança de gestão os profissionais que não são estatutários são substituídos por outros, o que causa impacto no andamento dos serviços e na interação da equipe.

Haja vista que um dos grandes desafios da política de assistência na atualidade é, na verdade, uma característica histórica da sociedade brasileira, há que se vencer a política do favor, enraizada nas instituições e na cultura brasileira, e a relação pedinte-doador intermediada pela figura da/o assistente social. Essas relações constituídas historicamente e arraigadas culturalmente descaracterizam a assistência social como política pública. Essa cultura deve ser debatida com mais ênfase para que seja possível uma mudança significativa e definitiva na forma como essas questões são tratadas pela própria profissão e pela sociedade.

Sendo assim, o assistente social, ao atuar na política de assistência social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas,

que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2007).

Nesse sentido, a atuação do assistente social não só na Política de Assistência, mas em todos os espaços sociocupacionais, deve buscar efetivar no seu cotidiano de trabalho que o Projeto Ético Político do Serviço Social através de:

Capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2007, p. 26).

Cabe destacar algumas competências e atribuições dos/as assistentes sociais na política de assistência social, baseadas na Lei que regulamenta a profissão e que são de fundamental importância para a compreensão do contexto sócio- histórico, no qual o profissional intervém. Assim, espera-se do profissional de Serviço Social:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 1996) (CFESS, 2007, p. 26).

São essas competências e atribuições demandadas aos profissionais que permitem ao mesmo, desempenhar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e organizar tais competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento dos conflitos, das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. Assim, as competências específicas dos/as assistentes sociais, no que se refere à política de Assistência Social, compreende distintas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis (CFESS, 2007).

Em relação à gestão da política de Assistência Social, no Brasil, acontece de forma descentralizada e participativa, permitindo a execução da política de

acordo com as demandas regionais e locais de cada município, tendo o Estado como condutor da mesma.

Segundo Muniz (2005) a Loas em seu artigo sexto, dispõe das ações da assistência social, que são organizadas sob sistema descentralizado e participativo, constitui-se das entidades e organizações de assistência social, que articulam meios, esforços e recursos e por instâncias deliberativas, que deve ser composta por diversos setores envolvidos. O sistema e os órgãos gestores da Política de Assistência Social, de caráter executivo, são compostos pelos “Conselhos e Fundos de Assistência Social, constituídos nas três esferas de governo, bem como as entidades e organizações prestadoras de serviço e benefícios de assistência social” (MUNIZ, 2005, p. 76-77).

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, trouxe um modelo de gestão descentralizada e participativa articulando os esforços e recursos do governo federal, estadual e municipal para a execução e funcionamento da Política Nacional de Assistência Social.

O SUAS é um sistema público descentralizado e participativo que reorganiza o desenvolvimento da Política de Assistência Social e tem por objetivos identificar os problemas sociais, focando na necessidade de cada município, atendendo as famílias em situação de vulnerabilidade social<sup>3</sup>.

Na gestão do Sistema Único de Assistência Social cabe ao Estado e ao município a responsabilidade de elaboração do orçamento, planejamento de ações e efetivação dos pactos para aprimoramento do SUAS, a construção de indicadores que irão definir níveis de gestão e levar ao alcance do cumprimento das metas, o acompanhamento e avaliação dessas metas de aprimoramento, a gestão financeira, bem como a prestação de contas dos recursos aplicados na Assistência Social (MACEDO; BARBOSA, 2013).

O SUAS apresenta-se como modelo de gestão descentralizado com uma nova forma de organizar as ações sócio-assistenciais com base no território tendo como foco o atendimento prioritário na atenção às famílias. Ele traduz e especifica

---

<sup>3</sup> O conceito de vulnerabilidade social e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõe de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidade para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva (JANCZURA, 2012, p. 4).

serviços sócio-assistenciais da política pública de Assistência Social e garante direitos de caráter universais, para aqueles que necessitam em todo o território nacional (CARVALHO, 2000). O SUAS também tem as seguintes funções:

Organizar/ordenar/regular um sistema único (federativo e descentralizado) de assistência social. Define serviços básicos de pouca, média e alta complexidade. Introduce concepção importante de se criar e implementar sistemas de vigilância da proteção social (mapa da pobreza, inclusão e exclusão social; índices de vulnerabilidade social; mapas de vulnerabilidade social. (CARVALHO, 2000, p. 125).

A família é a unidade de intervenção, com o principal objetivo de romper com as tradicionais segmentações de seu público alvo, que são: as crianças, adolescentes, mulheres, idosos e outros. Elege o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como equipamento e serviço de Proteção Social Básica, objetivando coordenar e executar os serviços de Proteção Social Básica, sendo necessário um CRAS para cada 1500 famílias, em locais que apresenta grande vulnerabilidade social.

Também elege o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) como referência no Serviço de Proteção Social Especial, voltado para a alta e a média complexidade. A primeira para atender aquelas famílias cujo vínculo familiar foram rompidos, já a segunda para atender aquelas famílias que se encontram em situação de risco social.

Esses serviços estão normatizados e propostos na Norma Operacional Básica de 2005, que dita sobre a organização, operação e financiamento da política de assistência social (CARVALHO, 2000).

O conceito de proteção social da Política de Assistência Social, segundo Macedo e Barbosa (2013), abrange a garantia de sobrevivência, de acolhida e principalmente de convivência familiar às pessoas e famílias que se encontram em condições vulneráveis de sobrevivência, ou seja, dificuldades financeiras, psicológicas, materiais ou outras. Dessa forma,

[...] a assistência social como um direito social não deve estar voltada apenas para a satisfação de necessidades biológicas ou naturais. Pois o ser humano por mais brutalizado que seja, é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem, que devem ser consideradas pelas políticas públicas. (MARX, 1977; HELLER, 1998 apud PEREIRA, 2008, p. 09).

A Proteção Social Básica é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Sendo assim, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os serviços de proteção básica são: “a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; c) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (SILVA; ARAUJO, 2011?, p. 06).

A Proteção Social Básica consiste em uma rede básica de socialização para segurança de convívio social e familiar, ou seja, essa socialização deve ser promovida por meio de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança e outros que venham a manter o convívio familiar, fazendo com estes não sejam rompidos. Assim a Proteção Social Básica opera pela:

Provisão de benefícios financeiros e materiais, continuados e eventuais, para a segurança de provisão de sobrevivência através da renda básica às famílias e pessoas sós através do BPC- Benefício de Prestação Continuada a idosos e a pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento, benefícios financeiros e em acessos materiais e alojamento a pessoas e famílias vítimas de calamidades, frentes frias e emergências; Benefícios eventuais a pessoas em situação de forte fragilidade pessoal e familiar, por morte/doença em família, nascimento de crianças, acesso a programas de renda mínima como estímulo à convivência familiar de crianças e adolescentes em lares chefiados por mulheres; as famílias cujos filhos estejam em medida provisória de internação preparando-os para recebê-los de volta, adolescentes em medida sócio-educativa ou em trabalho infantil, que exige maior cuidado em sua educação e acompanhamento às famílias acolhedoras ou guardiãs de crianças e jovens em medida de abrigo. (SPOSATI, 2004, p. 178).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF consiste no trabalho contínuo com famílias, com a função de fortalecer a função protetiva da família e prevenir o rompimento dos vínculos e contribuir para melhores condições de vida.

Já o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas, visa a garantia dos direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

E por último o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, está em articulação com o PAIF, onde previnem a institucionalização e a separação de

crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso as informações sobre direitos e participação cidadã (MACEDO; BARBOSA, 2013).

A Proteção Social Especial se caracteriza através de serviços de proteção que envolve e se destina a indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal, sendo crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. Sendo assim,

A proteção social especial inclui a oferta de serviços de abrigo de longa ou curta duração e serviços de acolhimento e atenção psicossocial especializados, destinados a criar vínculos de pertencimento e possibilidades de reinserção social. Os serviços de proteção social especial tem estreita interface com o sistema de justiça exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário e outras ações do Executivo. (SPOSATI, 2004, p. 184).

É público alvo da Proteção Social Especial casos ocorridos pelo abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil e outras formas de violação de direitos. Ou seja, visa o atendimento as pessoas com seus direitos violados e se divide nos serviços de média e de alta complexidade.

A Proteção Social de Média complexidade está destinada a atender aqueles que tiveram seus direitos violados, mas não perderam seus vínculos familiares, sendo ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) os seguintes serviços:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, idosos (as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua. (SILVA; ARAUJO, 2011?, p. 07).

Já a Proteção Social de Alta Complexidade está voltada para aqueles que perderam totalmente seus vínculos familiares devido à violação dos seus direitos, a esse nível de proteção são oferecidos os seguintes serviços: Serviço de acolhimento institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergências, entre outros que contribuem para a garantia dos direitos e proteção à pessoa idosa. (SILVA; ARAUJO, 2011?).

Dito isto, é preciso compreender a Assistência Social com base numa perspectiva histórica e social, atrelada à realidade brasileira:

Quer como um dos setores da política social brasileira quer como mecanismo compensatório que permeia o conjunto das políticas sociais públicas no país, [...] a partir de perspectivas históricas e sociais que situam o assistencial como ação engendrada na teia das relações estabelecidas entre o estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho. (YAZBEK, 1993, p. 49 apud COUTO, 2008, p. 164).

No Brasil há uma tentativa de desvincular a intervenção do Estado na Política de Assistência Social, como também a sua inserção no campo da reprodução social, dando a entender, erroneamente, que as demandas dessa política são gestadas fora da produção social.

Finalizando este capítulo, cabe ressaltar que as atribuições e competências dos (as) profissionais de Serviço Social, independentes de suas áreas de atuações, sejam realizadas na Política de Assistência ou em outros espaços sócio ocupacionais, são orientadas e norteadas por direitos e deveres, constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos (as) profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Em seguida o próximo capítulo abordará sobre o trabalho no Brasil: um esboço da sua história de formação.



## CAPITULO II

### 3 O TRABALHO NO BRASIL: UM ESBOÇO DA SUA HISTÓRIA DE FORMAÇÃO

#### 3.1 Contexto histórico e repercussões no mundo do trabalho

O modelo de produção fordista implantado por Henry Ford na primeira década do século XX, em Michigan (EUA), mudou o padrão de produção capitalista, espalhando-se para diversas outras regiões do mundo, sobretudo no período posterior a Segunda Guerra Mundial. A produção em grande escala aliada ao consumo em massa foi, por certo, o carro chefe do fordismo, criando, sem dúvida, uma nova relação entre salário, produção e consumo nas sociedades ocidentais.

Foi a partir de então que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação, e não no modo de produção, objetivando maior atenção ao processo de produção, que se encontrava em situação de enfraquecimento. A partir de então, começou a mudança do padrão taylorista e fordista que existia anteriormente para as novas formas de acumulação flexibilizada (ANTUNES, 2009).

Para Harvey (1992) o controle do trabalho é um dos principais fatores para que o capital obtenha lucros. O controle do trabalho, na produção e no mercado é de suma importância para a subsistência do capitalismo, que está inserido na relação de classe entre capital e trabalho.

A luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é indispensável para o processo de desenvolvimento do capitalismo. Assim, o autor afirma que, “o crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria” (HARVEY, 1992, p. 166).

O modo de produção capitalista taylorismo/fordismo que vigorou na grande indústria durante os anos XX, acima de tudo durante a primeira década, baseava-se na produção em massa de mercadorias que se organizava a partir de uma produção mais uniforme e substancialmente verticalizada. Por exemplo, na indústria automobilística taylorista e fordista, ampla parcela da produção necessária para a produção de veículos era feita internamente, utilizando-se de maneira secundária do mercado externo quando necessitava de autopeças.

Neste sentido, no decorrer dessas formas de organização do trabalho, era preciso tornar o processo de produção mais eficaz e menos dispendioso, combatendo assim o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, o que resultou no aumento das formas de exploração dos trabalhadores. Esse padrão de acumulação capitalista se constituiu baseado no trabalho parcelado e segmentado, na divisão das tarefas, que resultava num conjunto de atividades repetitivas dos trabalhadores, o objetivo de tudo isso era resultar no trabalho coletivo para a fabricação de veículos (ANTUNES, 2009).

Dito isso, analisando o pensamento do autor, a mais valia<sup>4</sup> nesse processo de intensificação de exploração da classe trabalhadora, era arrancada extensivamente, por meio do prolongamento da jornada de trabalho, essa extração de mais valia era cada vez mais intensificada e a inclusão do trabalhador no modo de produção capitalista encontrava-se em condições cada vez mais precárias.

O modo de organização taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua agregação ao fordismo se constituíram de uma das formas mais avançadas de justificar o processo de trabalho no capitalismo ao longo de várias décadas do século XX, mas no final dos anos 60 para início dos anos 70, esse padrão produtivo, começou apresentar sinal de enfraquecimento e esgotamento, porque já se encontrava estruturalmente comprometido (ANTUNES, 2009).

Pode-se dizer que junto com processo de trabalho taylorista/ fordista erigiu-se, particularmente durante o pós guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradora e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado. (ANTUNES, 2009, p. 40).

Os primeiros sinais de crise do modelo de produção fordista aparecem no final da década de 1960, quando as economias centrais começam a apresentar declínio do crescimento econômico e desemprego. O esgotamento do fordismo sinaliza um novo cenário a partir de 1970 integrando uma fase de transição intitulada

---

<sup>4</sup>A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas, isso é feito, ele não para, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produza agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais-valia. O capital conseqüentemente obtém de início uma produção de mais-valia prolongando simplesmente a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário (necessário no sentido de substituição do valor da força de trabalho) (MARX, 1973, p. 54).

por David Harvey (1992) de “acumulação flexível” ou reestruturação produtiva. A nova fase:

[...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões subdesenvolvidas [...]. (HARVEY, 1992, p. 140).

O crescimento tecnológico foi uma das primeiras respostas dadas pelo capital em relação a essa crise, neste contexto que o mesmo conseguiu ir se organizando aos poucos, incluindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho, que a partir de então se encontrava em condições bastante desvantajosas (ANTUNES, 2009).

As qualificações e competências exigem um trabalhador polivalente e móvel; as empresas aumentam a mobilidade geográfica em busca de países e regiões com matéria prima e mão de obra barata, incentivos fiscais, mercado consumidor e a tecnologia, a automação e a inovação tecnológica ganham ênfase.

O capital provocou várias transformações em seu próprio processo produtivo por meio da criação das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destaca o toyotismo, ou seja, o modelo de produção japonês. Tais transformações decorrentes da própria concorrência intercapitalista, que tinha por objetivo controlar as lutas sociais originadas do trabalho, acabaram dando respostas à crise do capital.

Nos anos 80, foram feitos altos investimentos na maquinaria e tecnologia, isso resultou no corte de diversos campos de emprego em todas as indústrias, por exemplo, na mineração de carvão, produção de aço, bancos e serviços financeiros, dentre outros. Tais impactos no mundo do trabalho contribuíram fundamentalmente para a acumulação e concentração de capital e para o desemprego da classe trabalhadora.

Nesse contexto a força de trabalho deve se tornar flexível e polivalente, uma vez que o capital depende dela para se reproduzir na sociedade. Concomitantemente o avanço dos meios tecnológicos criou o superávit de trabalhadores que contribuíram com o processo de extração de mais-valia, tanto nos países capitalistas avançados quanto nos periféricos (HARVEY, 1992). Para Marx

(1973), a acumulação e o aumento da riqueza no modelo de produção capitalista, gera uma superpopulação que favorece a acumulação de capital, configurando-se da principal condição de existência do modo de produção capitalista. Em consequência disso, forma-se para a indústria “um exército de reserva sempre disponível, e do qual o capital tem inteira propriedade, como se ele o tivesse criado com seus próprios gastos (MARX, 1973, p. 161).

Dito isto, a acumulação capitalista gera para as necessidades variáveis do capital uma força humana de trabalho sempre pronta para se inserir no mercado de trabalho, independentemente de condições de trabalho boas ou ruins. Neste sentido, com o aumento e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, também aumenta a força expansiva do capital.

Na indústria moderna, segundo o autor, pode-se afirmar que,

Forma um ciclo decenal, interrompido por flutuações mais ou menos acentuadas, e composta de períodos de uma vitalidade média, de alta tensão, de crise e estagnação, baseiam se na formação contínua, na absorção maior ou menor e na reprodução do exército de reserva industrial ou na superpopulação (...). Tudo o que é afetado pelo movimento da indústria moderna decorre pois da transformação contínua de uma parte da população operária em trabalhadores desocupados ou semidesocupados. A produção capitalista não se poderia contentar com a quantidade de força de trabalho disponível que lhe fornece o aumento natural da população. Para que possa funcionar como deseja, tem necessidade de um exército industrial de reserva, independente dessa limitação natural. (MARX, 1973, p. 161-162).

Desse modo, pode-se concluir que o exército industrial de reserva para Marx, se originou através da acumulação capitalista, onde aqueles trabalhadores sobrantes em relação às necessidades de aproveitamento do capital ficam sobrando em consequência disso compõem a classe dos desempregados.

Dito isso, é importante destacar o pensamento do autor Harvey, em relação à incorporação das práticas de trabalhos flexíveis, neste sentido tal autor evidencia que,

Se, afinal os trabalhadores estiverem convencidos de que os capitalistas podem incorporar práticas de trabalho mais flexíveis mesmo quando eles não o podem, a disposição de luta dos trabalhadores por certo será enfraquecida. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 1992, p. 179).

A inserção das máquinas informatizadas no sistema de produção capitalista proporcionou subsunção real do trabalho ao capital exigindo princípios do Toyotismo capturando a subjetividade operária como uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. “As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 346).

Todavia, a maquinaria não tem condições de substituir toda a força humana de trabalho uma vez que parte do saber intelectual do trabalho é repassado para as máquinas informatizadas, mas ainda assim, o trabalhador continua necessário e útil ao modo de produção capitalista.

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Surge, portanto, o envolvimento interativo que aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 347).

Em oposição às lutas sociais, o capital iniciou uma técnica de reorganização das suas formas de dominação na sociedade, não só no que se referia ao processo produtivo, mas também realizar um projeto de recuperação do poder nas diversas esferas da sociedade. Isso foi feito, por exemplo, no plano ideológico, que defendia o individualismo agravado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Essas mudanças iniciadas nos anos 70, que ainda hoje estão em curso, têm concebido mais divergências do que consensos, porque para alguns autores, tais mudanças seriam responsáveis pelo início de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, possibilitando o surgimento de um trabalhador cada vez mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, provido de maior capacidade de realizar seu trabalho (ANTUNES, 2009).

Por outro lado, a classe trabalhadora sofre os impactos negativos destas transformações no processo de produção, com resultados imediatos no mundo do trabalho, podem-se citar as seguintes: crescente desregulamentação dos direitos trabalhistas, que são extintos todos os dias em quase todas as partes do mundo

onde existe produção industrial e de serviços, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, ou seja, precarização e terceirização da força humana de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos que vão à luta a favor dos trabalhadores, entre outras diversas formas de destruição dos direitos sociais, trabalhistas e de organização da classe trabalhadora.

Para Antunes (2009), a classe trabalhadora, também designada por ele como a classe que vive do trabalho, hoje compreende todos aqueles que vendem sua força de trabalho e tem como eixo central os trabalhadores produtivos, ou seja:

Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. (ANTUNES, 2009, p. 102).

Seguindo o pensamento do autor, a classe que vive do trabalho também é composta por aqueles trabalhadores nos quais suas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o uso capitalista, e que não se estabelecem diretamente como elemento produtivo, ou seja, como elemento vivo no processo de valorização do capital e de geração de mais-valia.

Assim pode-se afirmar que a classe trabalhadora inclui todos aqueles trabalhadores e trabalhadoras que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, incluindo tanto os trabalhadores das indústrias como aqueles assalariados do setor de serviços, como é o caso do trabalho da/o assistente social.

Sendo assim, para os autores Antunes e Alves (2004), a classe trabalhadora é mais extensa do que o proletariado industrial produtivo do século passado, tal classe se configura de forma mais fragmentada, mais heterogênea, mais diversificada e “que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, do que afirmar o fim do trabalho ou até mesmo o fim da classe trabalhadora” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 343).

Nas últimas décadas tem ocorrido uma considerável ampliação dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a inclusão de amplos contingentes resultantes do processo de reestruturação produtiva indústria assim como também da desindustrialização. É necessário destacar a questão das mudanças tecnológicas

levando a substituição pelas máquinas, tornando o desemprego cada vez mais amplo, as mudanças na forma de gestão também vêm atingindo o setor de serviços que cada vez mais está sob submissão ao capital. Pode-se afirmar como exemplo, que com a intensa redução do trabalho bancário e a privatização dos serviços públicos, teve-se uma gigantesca categoria de trabalhadores desempregados.

Essa absorção de força de trabalho pelo setor de serviços possibilitou um significativo incremento dos assalariados médios no sindicalismo, o que, entretanto, não foi suficiente para compensar as perdas de densidade sindical nos polos industriais. Mas significou um forte contingente de assalariados na nova configuração da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2009, p. 111).

Em meio a isso, a terceirização, principalmente nos países capitalistas avançados, por exemplo, nos EUA, Inglaterra, entre outros, é considerada uma forma ainda mais precarizada de ocupação, compreendendo um amplo conjunto de atividades, como serviços de limpeza e conservação, vigilância, etc. De fato pode-se afirmar que a terceirização é resultado da crise estrutural do capital, da sua lógica destruidora atual. Entende-se a terceirização como “processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados por ela e as transfere para outra empresa” (DIEESE, 2012, p.3).

No mercado brasileiro, a precarização difunde-se principalmente sob a forma de terceirização, trabalho autônomo, atividades assalariadas por tarefa, trabalho em tempo parcial, trabalho doméstico (desprotegido de direitos sociais e sem registro em carteira), trabalho agrícola sazonal (como no corte de cana de açúcar e na colheita de café), em contratos temporários; e particularmente em trabalhos ilegais (associados a migrações entre países Latino Americanos, como a Bolívia e o Peru) (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2013).

Nessa conjuntura, o chamado “terceiro setor” ganha mais espaço, visto que engloba partes dos trabalhadores desempregados excluídos do mercado de trabalho. Em consequência disso, os autores afirmam que, “se esse segmento tem a positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-nos, entretanto, um equívoco entendê-lo como uma real alternativa duradoura e capaz de substituir a sociedade capitalista e de mercado” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 340).

Resumindo o terceiro setor ao longo dos anos vem introduzindo trabalhadores e trabalhadoras que não conseguiram uma vaga no mercado formal de trabalho passando a desenvolver certas atividades não lucrativas, não mercantis,

incluindo-os no mercado de trabalho mesmo que de modo precário, este traço é considerado pelos autores como sendo seu possível aspecto positivo, porque aqueles que estavam desempregados passaram a não ser mais, mas realizando atividades fixas que trazem algum benefício social e útil. “Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 340).

O atual modelo na esfera da produção não expulsou o velho modelo de produção fordista/taylorista, mas trouxe elementos essenciais que afetaram o movimento da produção material e na reprodução da força de trabalho. “Nessas instâncias, as transformações propostas nas plantas das fabricas foram acompanhadas pelas mudanças na esfera da organização.” (BATISTA, 2014, p. 126). O capitalismo é dinâmico, suas leis e princípios são coercitivos e estimulam os capitalistas buscarem cada vez mais inovação e mercado consumidor.

Assim, “as transformações societárias na base material produtiva ampliaram a complexidade das relações estabelecidas no centro e na periferia da sociedade capitalista” (BATISTA, 2014, p. 127). Neste sentido, manter o controle do mundo político, econômico e social, assegurando a continuidade da produção de mais-valia era/é o objetivo principal do capitalismo.

Com o intuito de dar coesão e sustentação ao processo de reestruturação produtiva, criou-se e formou-se e foi colocado em prática, em todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento uma forma ideopolítica com conteúdos restauradores. “Esse receituário redefiniu o pensar e o fazer nas décadas de 1980 e 1990, porém, não obteve aceitação passiva. Ações e reações conflituosas marcaram a relação entre os representantes das classes burguesas e proletária.” (BATISTA, 2014, p. 127). Com isso é possível afirmar que o modelo de produção vigente não tem medido esforços, com ações opressivas para impedir e fragilizar o movimento em construção de um novo modelo de sociedade sem a exploração de classes.

Deste modo, por meio de ações combinadas, a classe burguesa, criou em períodos particulares e com modos distintos “o receituário ideopolítico neoliberal e a mundialização do capital financeiro.” (BATISTA, 2014, p. 127). Tais medidas colaboraram definitivamente para que a reestruturação produtiva consolidasse suas bases com maior facilidade na sociedade, com retorno lucrativo cada vez maior, não obstante, com o capital mais centralizado e concentrado.



As novas formas de organização do trabalho causaram impactos na força de trabalho em dois sentidos:

1) Na dimensão operacional-técnica e na dimensão organizacional. Por meio do arsenal tecnológico e científico colocado ao alcance dos capitalistas, a base, o chão da fábrica ganhou um novo mapa: a eletromecânica foi substituída pela eletrônica; o processo de automação ampliou qualitativamente o ajuste nos equipamentos por meio da informática, e, no campo da produção de ponta, novos materiais foram colocados à disposição da produção; 2) A base organizacional foi atingida em sua lógica e forma de ser, possibilitando que os princípios que fundamentavam a flexibilidade organizacional ampliassem seu campo de convencimento, de adesão às franjas empresárias. Com as novas regras criadas no mercado, os empresários, para permanecer competitivos no interior do mercado nacional e internacional, passaram a exigir dos trabalhadores dinamização em suas ações, provocando maior elasticidade da força de trabalho. (BATISTA, 2014, p. 128).

Tudo isso fez com que a força de trabalho se flexibilizasse, transformou cada trabalhador em uma força de trabalho polivalente, multifuncional, controlando suas ações em qualidade técnica, criatividade intelectual e consentimento com o projeto existente.

Na precarização da força humana de trabalho, a alienação ou estranhamento de acordo com Antunes e Alves (2004), passam por condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, trazidas pelo trabalho temporário e precarizado. Assim, “sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 348).

Observa-se que nas camadas mais castigadas pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo<sup>5</sup> capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência na sociabilidade.

---

<sup>5</sup>É o caráter que as mercadorias possuem, dentro do sistema capitalista, de ocultar as relações sociais de exploração do trabalho, sedimentando-se, por conseguinte, em toda a sociedade. Sob o ponto de vista da teoria do valor de Marx, encontra-se no cerne dessas relações sociais a obtenção do lucro por parte de quem detém os meios de produção. Isso se faz devido à característica peculiar que as mercadorias possuem: além do valor de uso, como há em qualquer produto, há o valor de troca. O valor de uso seria tão-somente a utilidade ou propriedade material que um produto possui para satisfazer as necessidades humanas: o objeto externo da mercadoria. O valor de troca, por sua vez, seria uma relação quantitativa de troca de valores de usos diferentes que abstrai esses valores. Abstração essa que ocasiona uma camuflagem no modo operacional das relações de produção, pois se vê menos a complexidade do que a simplificação do processo de produção e de consumo das mercadorias. A esse caráter de predominância do valor de troca, pela qual se opera a exploração do trabalho alienado e desse modo a obtenção do lucro por parte do capitalista, sobre o valor de uso e, conseqüentemente, a ocultação do mediato pelo imediato, Marx chama de fetichismo (SILVA, 2010, p. 1-2).

E é o que estamos presenciando hoje, intensamente, em tantas partes do mundo e em particular na América Latina. Da explosão de Los Angeles, em 1992, às explosões de Seattle, em 1999, assistimos a muitas manifestações de revolta contra os estrangeiros, daqueles que são precarizados ou mesmo expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 348).

Conforme os meios tecnológicos vão se alastrando na sociedade, as novas formas de organização do trabalho se transformam ficando cada vez mais avançadas e as formas de alienação ficam diferentes, assim tem-se a rejeição da vida social, do isolamento, da apatia, e do silêncio, muitas vezes até violência e agressão diretas, as contradições entre a sociedade e a parcela de trabalhadores desempregados aumentam e os conflitos tornam-se um problema social, mais do que uma questão empresarial, elevando o âmbito fabril e atingindo o espaço público e social (ANTUNES E ALVES, 2004).

Assim é possível afirmar que:

Múltiplas formas de fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução social, na qual o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 349).

Com isso pode-se dizer que ao longo dos anos o mundo do trabalho vem sofrendo diversas mudanças no que se refere a sua forma de gestão e organização, a globalização, a acumulação flexível e o neoliberalismo são os fatores que mais contribuem para isso. O item a seguir abordará sobre as novas configurações do trabalho no Brasil, centrando a análise no processo de precarização que assola a classe trabalhadora e nos conflitos de classe.

### **3.2 As novas configurações do trabalho no Brasil: conflitos e precarização**

De acordo com Costa (2005), as relações de trabalho no Brasil, foram organizadas com a finalidade de que os sindicatos fossem expandidos tornando-se órgãos de apoio ao Estado e que estimulassem a paz social. A CLT era considerada como uma moeda de troca da redução dos direitos políticos e da liberdade de organização e reivindicações, possibilitando vantagens aos trabalhadores, através de uma política populista de com estratégia limitada para a classe trabalhadora.

Neste período os sindicatos foram caracterizados como o controlador dos conflitos entre os trabalhadores e o Estado, deixando de defender os interesses efetivamente requisitados pelos trabalhadores ou negociar diretamente respostas para os antagonismos pertinentes às relações de trabalho. "A proibição das greves e a ação repressiva sobre as manifestações populares e operárias limitaram o poder de pressão política dos trabalhadores e sua capacidade de questionar o autoritarismo das relações de trabalho no interior da produção" (COSTA, 2005, p. 115).

A expansão nos grandes centros urbanos nesse período se desenvolvia através de toda uma rede informal de trabalho em pequenas empresas urbanas, através de trabalho autônomo e precário, no qual os padrões de contratação e de assalariamento passavam longe de seguir a legislação trabalhista, assim como também qualquer forma de representação coletiva.

A falta de um conjunto vasto de regulação coletiva que viesse garantir os direitos dos cidadãos gerou na ampliação estrutural das condições de trabalho e emprego, limitando o poder de envolvimento da legislação trabalhista e social, com isso formou-se um modelo duplo de estabilidade formalidade/marginalidade para a economia e para o mercado de trabalho (COSTA, 2005).

Neste contexto, existia uma fraca intervenção do Estado na geração de políticas de mecanismos de proteção social, além disso, tal proteção social alcançava somente aqueles trabalhadores nos quais eram reconhecidos formalmente que apresentava uma carteira de trabalho. Devido a isso, sustentou um conjunto de valores na sociedade brasileira, que considerava todo tipo de trabalho que não fosse formal, com carteira assinada, o desemprego, as formas de trabalho precário e instável, todos estes era, associados á criminalidade. Assim,

As reivindicações de cumprimento de direitos trabalhistas e de maior humanização das condições de trabalho, o arrocho salarial, a contestação da distribuição latifundiária traziam à tona os movimentos revolucionários

que postulavam efetivas mudanças estruturais. As manifestações operárias e a efervescência dos movimentos populares alastraram-se, conquistando algum poder para pressionar o governo, como o espaço encontrado para as campanhas pelas reformas de base, e abrindo caminho para a reação conservadora e autoritária das classes dominantes. (COSTA, 2005, p. 115).

Neste sentido os movimentos de reivindicação dos operários e da sociedade de forma geral, era interferido de forma ditatorial, o Estado fazia intervenção militar, alegando que tal intervenção seria para manter a ordem e a segurança nacional, usando a força e violência policial para determinado objetivo de repressão que afirmava ser para a segurança e ordem no país.

Dito isto, o sistema brasileiro de relações de trabalho, antes mesmo do tempo em que as empresas começaram ter seus lucros ameaçados pelos desafios internacionais da concorrência, em um sistema bem ajustável e largamente propício a motivar relações de trabalho precárias e desfavoráveis para os trabalhadores.

Em consequência disso, “à medida que a simplificação das tarefas tornava os trabalhadores substituíveis, estimulava-se a formação de um mercado de trabalho de pequena qualificação e de baixos salários” (COSTA, 2005, p. 116).

Como já mencionado anteriormente, o Estado utilizava da força policial para conter as manifestações dos trabalhadores, desse modo a principal característica da estrutura dos sindicatos dos trabalhadores que se estabeleceu na era do governo de Getúlio Vargas, foi que o Estado através da interposição da justiça do trabalho, constituiu-se de uma instância normativa hegemônica na ordenação dos conflitos entre o capital e o trabalho, além disso, sendo o responsável por resolver acordos salariais.

As medidas repressivas provocadas junto ao movimento dos trabalhadores, a liberdade para demitir e controlar os salários gerou a ampliação do grau de exploração da força de trabalho no interior das empresas, que levando em conta os acontecimentos de controle militar aproveitou de tal momento para fortalecer ainda mais seu controle sobre a classe trabalhadora. Neste sentido,

As greves em grande escala nas cidades industriais de Contagem, Minas Gerais, e Osasco, São Paulo, em abril e julho de 1968 representaram uma tentativa de contraposição a este autoritarismo, logo, então, reprimida pelo regime militar. Organizadas a partir das bases e opondo-se diretamente ao Estado, essas greves prenunciariam as manifestações operárias que dez anos depois pressionaram a abertura política do país. (COSTA, 2005, p. 117)

No Brasil, a precarização do trabalho não ocorre de forma isolada em alguns postos e locais de trabalho, ela está associada com a reestruturação produtiva, a terceirização e a flexibilização do trabalho, que atingem cada vez mais o conjunto da classe trabalhadora, com extensão e profundidade em todos os países capitalistas

No contexto histórico específico, que se pode chamar de neoliberalismo<sup>6</sup> o processo de precarização ocorre de forma mais acelerada, somando-se a redução devastadora de direitos sociais e trabalhistas para a classe que vive do trabalho. Ele é considerado como um componente do novo metabolismo social que tem seu surgimento a partir da formação do Estado neoliberal.

Entre seus principais objetivos estão à intensificação e a expansão da exploração da força de trabalho e a desconstrução e redução dos direitos sociais, assim como também o desmonte da resistência sindical-corporativa, e além do mais, a fragmentação social nas cidades, devido ao enorme crescimento do desemprego, tudo isso devido à ampliação de um precário mercado de trabalho. (ALVES, 2009).

Assim o autor deixa claro que,

Na medida em que se rompem resistências sociais se políticas do trabalho organizado (politicamente, com a derrota da Frente Brasil Popular, em 1989; e socialmente, com a desagregação social da classe em virtude da recessão da economia sob o governo Collor), ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da sua precarização, constituindo o que denominamos de síndrome da precarização do trabalho, complexo objetivo de determinações que dão origem, na década de 1990, às experiências vividas e às experiências percebidas da precarização do trabalho. Eis o sentido da globalização – a partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe do trabalho que marca a nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial. (ALVES, 2009, p. 190).

No final dos anos 80 e início dos anos 90, as reformas neoliberais, elaboradas pelo governo Collor e o cenário de baixo crescimento da economia em um contexto onde existia excessiva reestruturação industrial, grandes juros e a concorrência intercapitalista, ajudaram a construir um cenário de maior desestruturação do mercado de trabalho, as regiões metropolitanas encontravam-se

<sup>6</sup>O neoliberalismo tem sido de longe, o mais influente nos governos (mesmo em alguns governos socialistas e comunistas). [...] o maior número possível de decisões deve ser transferido para o mercado, o qual em sua opção maximizante, é a única democracia genuína. Quando insuficiente restringida por lei ou disposições constitucionais, a democracia formal converte-se em um mercado político, no qual os votos são negociados contra benefícios de bem estar, subsídios, privilégios sindicais etc., e o custo, na forma de excessiva tributação ou inflação ou ambas, recai conjuntamente sobre os membros mais produtivos e os mais fracos e politicamente menos organizados da sociedade. (OUTHWAITE E BOTTOMORE, 1996, p. 526).

com um enorme índice de desemprego, além disso, os contratos de trabalho estavam cada vez mais agravados por conta da informalização e da terceirização nas grandes empresas, que buscavam progressivamente reduzir seus gastos.

Com o avanço do Estado neoliberal a partir dos anos de 1990, foram elaboradas políticas que incentivaram a reestruturação capitalista no país. Para a classe trabalhadora, o cenário social se tornou bastante desvantajoso, por conta da política autocrática, ou seja, do autoritarismo do governo Collor que objetivava destruir o sindicalismo, principalmente de categorias ordenadas que recusassem a medidas drásticas que afrontavam os direitos do trabalho tanto no caso de empresas estatais e no setor público (ALVES, 2009).

Pode-se afirmar que um dos principais objetivos que marcaram “a precarização do trabalho no Brasil foi a perda – no imaginário social – de referentes coletivos” (ALVES, 2009, p.192). Dito isso, a década de 1990 foi vista com o oposto da década anterior, ou seja, a negação da afirmação coletiva criada pelo sindicalismo e associativismo dos anos 1980.

A partir do Plano Real, criado em 1994, surgiu à estabilização monetária, na qual foi inaugurada a nova temporalidade histórica do capitalismo no Brasil e com isso pode-se afirmar que,

Retomaram-se as greves, embora elas fiquem restritas às empresas, mobilizando um pequeno contingente de trabalhadores grevistas. Na mesma medida, no período, crescem as greves por não cumprimento de direitos trabalhistas, demonstrando o avanço paulatino do processo de precarização do trabalho em categorias assalariadas organizadas. (ALVES, 2009, p. 192).

A partir do governo Collor de Melo, teve-se a reforma neoliberal no Brasil que trouxeram alterações significativas na situação da economia brasileira, e conseqüentemente na configuração do mercado de trabalho. “O Brasil inseriu-se de forma subalterna no processo de mundialização do capital. A adoção de políticas neoliberais submeteu o país à lógica da financeirização vigente no capitalismo global” (ALVES, 2009, p. 192).

Nesse contexto foram criados juros elevados para atrair capital estrangeiro e garantir o fechamento do balanço de pagamento, com isso teve-se cruéis impactos no crescimento da economia, e além do mais, no mercado de trabalho. Pode-se afirmar que estes foram os principais indicadores “socioestatísticos do crescente desemprego total, na expansão dos contratos

precários, na queda dos rendimentos médios do trabalho e na perda de referentes coletivos” (ALVES, 2009, p. 193).

Cabe aqui expor que outro elemento responsável pela precarização estrutural do trabalho na década de 90 foi o Programa Nacional de Desestatização (PND), elaborado em 1991, tal programa contribuiu bastante para a transição de patrimônio social para o setor privado.

A era neoliberal foi/é marcada pelo processo de privatização, e considerada elemento de reforma do Estado, significando a consolidação da acumulação de capital no país, não obstante contribuiu ao mesmo tempo para a aglomeração de investimentos não produtivos, ou seja, marcou a degradação ou mesmo a destruição de importantes categorias de trabalhadores públicos, como por exemplo, os operários de siderúrgicas, mineradores estatais, os bancários de bancos estaduais, trabalhadores do sistema de telefonia, assim como também da área de eletricidade, dentre outros.

Sob outra perspectiva, a reforma administrativa do Estado perante arranjo neoliberal marcou a precarização do trabalho assalariado do setor público. Em vista disso:

Sob a nova temporalidade do capital, ocorre a expansão da mancha de trabalhos precarizados na década de 1990. Assim, por exemplo, no período de 1989-2001, na Região Metropolitana de São Paulo, tivemos um pequeno crescimento do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, verifica-se que o crescimento deveu-se ao crescimento do trabalho assalariado “sem carteira” – a maior parte deles no setor de serviços e comércio (o assalariamento sem carteira significa trabalhadores assalariados excluídos dos direitos trabalhistas). (ALVES, 2009, p. 194).

Para o autor Harvey (2005) a neoliberalização pode ser interpretada como um projeto utópico de realizar um plano teórico de organização do capitalismo internacional ou por outra forma como um projeto político de restabelecimento das condições de acúmulo de capital e da reorganização do poder das elites econômicas.

Nesse contexto, o Estado deve beneficiar os direitos individuais à propriedade privada, da mesma forma favorecer o livre comércio, ou seja, facilitar o acordo comercial entre países, eliminando as tarifas e quotas na importação dos bens e serviços.

Nesse sentido, o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha deveriam ser protegidos e mantidos. Para isso, “o Estado tem portanto de

usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades” (HARVEY, 2005, s/p).

Em virtude disso, mesmo que a liberdade individual e pessoal no mercado seja garantida, os indivíduos são considerados como os principais responsáveis pelas suas ações e pelo seu próprio bem estar, assim como também devem responder por eles.

Dessa maneira, as empresas privadas e a iniciativa dos empreendedores são consideradas as principais formas de inovação e formação da riqueza.

A privatização e a desregulação na era neoliberal significou a eliminação dos entraves burocráticos, em consequência disso aumentou-se a eficiência e a produtividade, melhoraram a qualidade e houve a redução de custos, “ tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos), como indiretamente, mediante a redução da carga de impostos” (HARVEY, 2005, s/p).

O enfraquecimento dos sindicatos, crescimento do desemprego estrutural, e os demais elementos de precarização do trabalho representam na sociedade, a ausência do trabalho na renda do país. Por exemplo,

No período de 1992 a 1998, a repartição do PIB entre trabalho, capital e administração pública demonstra uma significativa inversão de posições. Por exemplo, a remuneração dos empregados (trabalho) que em 1992 era de 44%, cai para 36%, em 1998. A proporção do excedente operacional bruto (capital) que era de 38% em 1992, sobe para 44%, em 1998. (ALVES, 2009, p. 196).

Desse modo, analisando a reflexão de Alves (2009), pode-se concluir que o processo de reestruturação capitalista no Brasil, decorrente da era neoliberal estabeleceu, “uma nova morfologia social de acumulação capitalista baseada na “lógica da redundância do trabalho vivo” (instaurada, seja por meio de cortes de pessoal, seja por meio da contratação precária)” (ALVES, 2009, p. 196). Neste sentido, torna-se necessário apreender as novas formas de organização do trabalho e como a classe trabalhadora vivencia este processo.

No projeto neoliberal, são estabelecidas estruturas de domínio como, por exemplo, grupos de países capitalistas avançados com o objetivo de fazer acordos internacionais entre diversos países e assegurar o livre comércio, que é vital para o neoliberalismo (HARVEY, 2005).

A partir do ano de 1990 o Brasil passou por diversas transformações que marcaram bastante a economia do país, quando foi eleito o primeiro presidente



brasileiro através de eleições diretas, em 1989, após ter findado o regime militar, tal presidente foi Fernando Collor de Melo, a partir de então o país começou passar por ajustes econômicos que originou as privatizações e a abertura comercial.

A abertura econômica originada das grandes tarifas de importação para diversos produtos industriais levou ao desenvolvimento em larga escala da competitividade consigo, desta vez em níveis internacionais antecipando a entrada da fechada economia brasileira na movimentação da rede mundial.

Desse modo, foram ampliados os processos de reestruturação produtiva, ou seja, resultou no fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, dentre outras formas de recessão dos direitos. Neste sentido “em todos os casos os esforços se concentrariam primordialmente na racionalização de custos, com destaque para os custos do trabalho” (COSTA, 2005, p. 120).

A modernidade trazia junto consigo uma série de transformações no campo das privatizações, da previdência social, da regulamentação dos mercados econômicos e de trabalho. No mercado de trabalho, por exemplo, o objetivo era flexibilizar cada vez mais as relações de trabalho e impossibilitar a criação de novos campos de trabalho.

Assim, foi levando em consideração essa finalidade que o governo de Fernando Henrique Cardoso, criou um conjunto de ações legislativas que modificava as leis trabalhistas básicas, como, por exemplo, os vínculos contratuais de trabalho, jornada e salários. Assim,

O contrato de trabalho por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, a suspensão temporária do contrato de trabalho por motivos econômicos, o banco de horas, a participação nos lucros e resultados das empresas, a redução do salário com redução da jornada, entre outros, passaram a fazer parte do rol de possibilidades legais de mudança nos contratos de trabalho. Em seu conjunto, essas medidas representaram um verdadeiro desmonte dos direitos de proteção ao trabalho e um retrocesso no espaço recentemente conquistado pelo movimento sindical. (COSTA, 2005, p. 121).

Ainda assim, as discussões sobre as reformas neoliberais no Brasil colocam como ponto principal questões políticas e sociais muito mais complicadas, com características precárias, autoritárias, excludentes e desiguais que marcaram e marcam até hoje as relações de trabalho, além da estrutura social no país.

A preservação dos campos de emprego, as políticas de formação e qualificação, a flexibilização das jornadas de trabalho, assim como todas as

conquistas que a classe trabalhadora obteve ao longo dos anos, sofreram com as negociações coletivas, e com o poder dos grandes capitalistas que só desfavorecem os trabalhadores.

Dentro da lógica da terceirização pode-se dizer que essa forma de organizar o trabalho se tornou uma necessidade, onde a empresa em si não dispõe de todas as etapas do ciclo produtivo. Para se sobressair os concorrentes reduzem custos e se flexibiliza constantemente (ANTUNES; DRUCK, 2015). Além disso, a terceirização trás desvantagens para o movimento sindical porque, divide a classe trabalhadora, refletindo nas condições de vida de outros trabalhadores.

Segundo Antunes e Druck (2015), as informações levantadas por várias pesquisas realizadas no Brasil nos últimos 20 anos apresentam de modo unânime a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, tanto nas investigações de natureza qualitativa, através de estudos de caso, quanto nos estudos quantitativos, através do uso de estatísticas de fontes oficiais ou das instituições sindicais, além daquelas do direito do trabalho.

Tais investigações apresentam resultados do que realmente acontece em um país, na qual a regulação imposta pelo enunciado 331, que proíbe a terceirização da atividade fim, não impossibilitou a formação de trabalhadores e trabalhadoras de primeira e segunda categoria, totalmente contra os princípios da legislação trabalhista, o que resultou em uma vulnerabilidade social e política, que influenciou nas relações de emprego, colocando-as em risco, um dos exemplos que se pode citar são os contratos formais de trabalho que foram os mais atingidos.

Desse modo, pode-se afirmar que a terceirização se constitui de um componente principal das diversas frentes de precarização do trabalho. Assim,

Quando se examina a dimensão “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, revelados pela terceirização de forma exemplar, cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 25).

Na atual forma de organização do trabalho que se encontra no Brasil, inspiradas pelo modelo antigo de organização, o toyotismo, apontam as condições de extrema precarização do trabalho, isso porque, o trabalho é intensificado cada vez mais com a imposição de metas inalcançáveis, a ampliação da jornada de

trabalho, a polivalência, etc. Além das várias formas de assédio moral e a discriminação criada pela terceirização.

Por tudo isso, nos dias atuais se vive grande ameaça no que se refere aos direitos trabalhistas porque, com a alteração na legislação aprovada em 30 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é permitida a terceirização da atividade fim e da atividade meio, ou seja, que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo do trabalho. E isso se constitui de um retrocesso muito grande para os trabalhadores, pois os direitos um dia conquistados com muita luta e resistência estão sendo retirados de forma preocupante. Além dos trabalhadores terceirizados ganharem menos, são os que trabalham mais, “são mais instáveis e têm menos direitos, são os que mais morrem esses acidentam. Essa vulnerabilidade de sua saúde e a maior exposição aos riscos decorrem exatamente desta condição mais precária de trabalho (ANTUNES E DRUCK, 2015, p. 19).

O capítulo seguinte abordará as condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social de Miranorte – TO.

### **CAPITULO III**

#### **4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE-TO**

Esse capítulo apresentará a política de assistência social, que atualmente emprega grande quantidade de assistentes sociais. O lócus privilegiado da pesquisa é o município de Miranorte-TO, localizado no Estado do Tocantins. Com base nos objetivos traçados buscou-se compreender como as profissionais de tal município atuam na política pública de assistência social, suas condições de trabalho e, além disso, quais os seus principais desafios profissionais. No item a seguir apresentam-se os resultados e discussões do referente trabalho.

##### **4.1 Condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social de Miranorte-TO**

O Tocantins localiza-se no centro do Brasil, sendo o último Estado brasileiro a ser emancipado, contando com pouco mais de duas décadas de existência. Era uma região do antigo norte goiano, que recebia poucos investimentos do governo estatal e federal, sendo, portanto, uma região pouco desenvolvida.

Tal Estado foi um dos primeiros do país a aderir o sistema Único de Assistência Social a partir de 2005, e desde então a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS), vem implementando o mesmo nos municípios tocaninenses. Esta Secretaria é um órgão público estadual que se localiza na cidade de Palmas, capital do Tocantins, na Praça dos Girassóis, onde tem seu prédio próprio.

De acordo com dados do (IBGE, 2010), a população tocaninense gira em torno de 1.383.453 habitantes, sendo 1.090.241 residentes na área urbana e 293.212 habitantes na zona rural, divididos entre 139 municípios numa área de 277.720,520 km<sup>2</sup>, sendo a cidade de Palmas a capital do estado. (IBGE, 2010 apud OLIVEIRA, 2013).

No Estado do Tocantins em 2013 o total de pessoas empregadas era de 630.425, sendo 372.843 homens e 257.582 mulheres. Do total de sua população 66,1% estavam economicamente ativas em 2010, com renda per capita de

R\$586,62. A expectativa de vida no Estado é de 72,6 anos. A taxa de analfabetismo no Estado é de 11,9% da população. (REVISTA EXAME, 2013).

O município de Miranorte –TO localiza-se na região central do Estado, de acordo com dados do IBGE (2010) sua população era de 12.623 pessoas em 2010, quanto a densidade demográfica do mesmo, é de 12,24 hab/km<sup>2</sup>.

No que se refere a trabalho e rendimentos no município, levando em consideração o ano de 2016, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.7% (IBGE, 2010).

Comparando os quesitos trabalho e rendimentos da população miranortense com os demais municípios do estado do Tocantins, ocupava as posições 42 de 139 e 35 de 139. Já em comparação com as cidades do Brasil, encontrava-se na posição 3453 de 5570 e na posição 3309 de 5570, de modo respectivo.

Considerando-se os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, possuía 39,7% da população em tais condições, posicionando o município em 121 dos 139 do estado e na posição 2776 de 5570 cidades do país (IBGE, 2010).

A Política de Assistência Social no Tocantins, conseqüentemente no município de Miranorte-TO, pode ser afirmada como um conjunto de ações estatais e privadas para atender a necessidades sociais, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, no Brasil, a política progrediu no âmbito de política pública a partir de 1988, com a Constituição Federal, e desde seu surgimento tem grande influência no Serviço Social,

A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos (as) assistentes sociais. Não obstante, não pode ser confundida com o Serviço Social, pois confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho. (CFESS, 2007, p.15).

De acordo com a lei nº 432 de 2016, que dispõe sobre o sistema único de assistência social no município de Miranorte-TO e dá outras providências, a Política de Assistência Social tem por objetivos: “a proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, assim como também à proteção à velhice; o amparo

às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade; incentivo para integração ao mercado de trabalho e, além disso, a integração à vida comunitária” (MIRANORTE, 2016, s/p). Além do mais, visa:

A vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; A defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais; Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis; Primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; E centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território. (MIRANORTE, 2016, s/p).

Levando em consideração ao enfrentamento da pobreza no município de Miranorte-TO, a Política de Assistência Social se integra com as demais políticas setoriais objetivando universalizar a proteção social e atender as condicionalidades sociais. Concomitantemente a isso, tal política tem os seguintes princípios:

A universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade, equidade, supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e por fim a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, assim como também, a divulgação dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para a sua concessão. (MIRANORTE, 2016, s/p).

Entre as suas diretrizes estão: a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo, a descentralização político administrativa e comando único em cada esfera de gestão, o cofinanciamento partilhado dos entes federados, a matricialidade sócio familiar, a territorialização, o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil, bem como a participação da população e controle social, através das organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações, em todos os níveis (MIRANORTE, 2016).

A organização e gestão de tal política no município de Miranorte-TO, se dá através do SUAS, conforme estabelece a Lei Federal 8742 de 7 de Dezembro de 1993, nas quais as normas gerais e coordenação são competência da União. E a organização do SUAS em tal município acontece através da proteção social básica e da proteção social especial.

Dito isto, o Serviço Social e a Política de Assistência Social possuem uma grande relação, pois esta política é uma grande empregadora de assistentes sociais no Brasil, exigindo compromisso profissional, na luta pela expansão dos direitos, na perspectiva da ampliação da proteção social brasileira. Também a atuação profissional do assistente social na política pública de assistência social requer o fortalecimento e articulação às lutas mais gerais da classe trabalhadora (CFESS, 2012).

A atuação do assistente social na Política de Assistência Social deve ser orientada e norteadada pela Lei que regulamenta a profissão, que é a Lei nº 8662/93 e também pelo o Código de Ética Profissional. Sendo assim, o assistente social, ao atuar na política de assistência social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2007).

O referente trabalho de conclusão de curso de especialização buscou investigar as condições de trabalho das assistentes sociais da Política pública de Assistência Social do município de Miranorte-TO no ano de 2018. No município possuem 5 profissionais do serviço social atuando em tal política, foram realizadas quatro entrevistas em Abril e Maio de 2018, durante o período matutino e vespertino. O quadro a seguir traz um breve perfil das assistentes sociais entrevistadas.

Quadro 1 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas, 2018/1

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Situação conjugal</b>
Entrevistada A	33	Carolina-MA	Pós-graduada	Casada
Entrevistada B	33	Paraíso do Tocantins-TO	Pós-graduada	Casada
Entrevistada C	30	Miranorte-TO	Ensino Superior Completo	Casada
Entrevistada D	27	Miranorte-TO	Pós-graduada	Casada

Fonte: Elaboração própria.

Das quatro profissionais entrevistadas uma delas escolheu cursar Serviço Social porque só tinha duas opções de curso na cidade mais próxima de onde morava, Serviço Social e pedagogia, como não queria ser pedagoga, escolheu o Serviço Social. A profissional afirma que não conhecia a profissão e só veio

conhecer após ingressar na universidade. De acordo com outra profissional, sua vontade era cursar direito, mas a oportunidade que teve foi de fazer Serviço Social, e hoje gosta muito da profissão.

Além disso, a entrevistada “D” afirma que sua vontade sempre foi cursar Serviço Social, e que se fizesse outro curso iria se arrepender. “Como eu gosto de desafios eu fiz Serviço Social e não me arrependo de forma alguma de ter escolhido essa minha profissão” (ENTREVISTADA D). Assim, as quatro profissionais afirmam que se identificam com a profissão, no entanto, quando perguntadas se satisfeitas profissionalmente, apenas duas afirmam positivamente e outras duas afirmam que não se sentem satisfeitas profissionalmente e apontam a precarização do trabalho e os baixos salários como fatores.

Quando perguntadas se tem interesse em mudar de profissão, três externaram que não, mas uma delas afirmou que tem interesse em mudar para uma profissão na qual há remuneração melhor, não especificando qual seria essa outra profissão.

O quadro a seguir traça resumidamente o tipo de vínculo trabalhista das profissionais atuantes na Política de Assistência Social em Miranorte-TO:

Quadro 2 – Condições de trabalho das assistentes sociais entrevistadas.

<b>Entrevistadas</b>	<b>Tipo de vínculo empregatício</b>	<b>Possui mais vínculos empregatícios</b>
Entrevistada A	Contratada	Não
Entrevistada B	Contratada	Credenciada do Tribunal de Justiça
Entrevistada C	Contratada	Não
Entrevistada D	Contratada	Credenciada do Tribunal de Justiça

Fonte: Elaboração própria.

O profissional assistente social em seu exercício profissional tem diversos desafios. Em tese, um dos principais desafios é ter que conhecer e interpretar o funcionamento e as contradições do mundo capitalista, acima de tudo as recentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, como a precarização e as questões relacionadas às desestruturações do sistema de proteção social brasileiro, bem como das políticas sociais de um modo geral (PIANA, 2009). Sobre este assunto, observa-se que todas as profissionais são contratadas, ou seja, tem um vínculo trabalhista marcado pela insegurança característica dos vínculos temporários.



Sobre o contrato temporário, modalidade de contrato das quatro profissionais, a Entrevistada B observa:

A maioria dos contratos são prestação de serviços onde não te dá direito a férias, décimo terceiro, são contratos temporários curtos, há uma quebra de contrato a cada ano, a cada término de mandato político, os salários também não são reajustados por conta das 30h, apesar de não ficar bem estabelecido, mas veladamente eles acabam pagando menos porque você é um profissional que trabalha menos, que só trabalha 30h (ENTREVISTADA B).

Ao serem questionadas se já fizeram ou se pretendem prestar concursos públicos, todas as profissionais afirmaram já ter feito concursos e destacam que é de grande importância, porque trás estabilidade ao profissional.

O nível de precarização do trabalho do assistente social interfere negativamente na qualidade dos serviços prestados, ocasionando desmotivação e descontinuidade das ações profissionais, além dos diversos tipos de vínculos empregatícios. Em 2012 do total de 68.275 trabalhadores/as dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Brasil, 32,9% tinham vínculos estatutários, os 59,9% possuíam outros vínculos, por exemplo, vínculo não permanente, servidor temporário, comissionado ou terceirizado. Já nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social no mesmo ano, dos 19.876 trabalhadores, 32,9% apresentavam vínculo estatutário e os demais possuíam outros vínculos (CFESS, 2015).

Tendo em vista os dados à cima, no que se refere aos assistentes sociais, do valor total de trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 15.062 (22,1%) atuavam em CRAS e 4.713 (23,7%) nos CREAS.

Ao serem questionadas sobre suas condições de trabalho, por exemplo, condições físicas, estruturais e materiais de trabalho, as quatro profissionais relataram que estas condições têm sido melhoradas paulatinamente, mas ainda há muito a ser feito:

Tem o carro à disposição da Secretaria e de todos os equipamentos de lá. É as condições são boas, em vista de muitos lugares que a gente ver por ai. Temos uma sala climatizada, temos material de informática, internet boa. Então as condições materiais, assim, são até boas. Acho a estrutura física boa, poderia melhorar, mas é boa, pelo menos assim de certa forma ajuda devido os equipamentos serem um bem próximo do outro, CRAS, CREAS e a própria gestão, facilita a articulação entre todos os serviços e até para os usuários. Porque muitas vezes tem usuários que vão buscar atendimento que é da proteção básica na especial e geralmente ele sem saber vai à básica. Lá possui dois carros (Entrevistada A).

Questionou-se sobre o que melhorariam em seu local de trabalho, e a entrevistada B declarou que o carro exclusivo para o CREAS faz muita falta, porque melhoraria no andamento das visitas domiciliares. “O carro que nós tínhamos e por falta de recursos ele foi retirado já tem um ano, e faz muita falta para fazer as visitas.” (ENTREVISTADA B).

Duas profissionais observam que suas condições físicas de trabalho poderiam melhorar porque existe pouco espaço: “acho que o que o daria para mudar lá é a ampliação do ambiente mesmo, a estrutura física, acho que melhoraria os serviços.” (ENTREVISTADA A).

Com relação à estrutura física acho ruim porque é muito quente o espaço lá, então é um pouco desconfortável, às vezes até para fazermos reuniões de grupo, o espaço lá é muito quente. Tem o ar condicionado, mas ele não consegue esfriar porque é um ar condicionado fraco (ENTREVISTADA B).

Uma delas afirmou que a rotatividade de profissionais tanto do Serviço Social, como das demais áreas que compõe as equipes prejudica muito no andamento dos serviços.

O que falta é profissionais que fiquem mais tempo, principalmente a psicóloga, porque é contrato e o salário é baixo, não tem profissionais na região, então os de lá vem de fora ficam apenas uns três meses, após esses três meses a maioria vai embora porque conseguem outra oportunidade melhor (ENTREVISTADA D).

É possível afirmar que essa rotatividade de profissionais em todas as áreas, resulta em primeiro lugar devido à falta de concursos públicos, a mudança de gestão também contribui para isso, além do mais, pode-se citar a desvalorização salarial dos profissionais. Então, assim que encontram melhores propostas de trabalho mudam-se do município. Além disso, o tipo de contrato temporário favorece a rotatividade.

Há, há sim, justamente por causa dos baixos salários, o profissional acaba encontrando algo melhor e sai. Os contratos não favorecem, então quando encontra outra coisa os profissionais acabam saindo. Os contratos de trabalho lá duram 6 meses, por exemplo, eu sou processo seletivo e meu contrato iniciou em junho do ano passado e se encerrou em Dezembro, então duram esse tempo, podendo ser prorrogado por mais um ano. Na maioria das vezes ele se encerra a cada ano, funciona assim, não dura dois anos direto, é muito pouco porque usa-se o termo de que a cada final de ano os contratos são todos encerrados, encerrados e reiniciados, então há essa quebra de contrato todo 31 de Dezembro, aí o edital estabelece que pode ser prorrogado por mais um ano, aí fica complicado até para ter férias,

tem que brigar para ter. Eu tive férias porque eu briguei para ter. (ENTREVISTADA B).

Observa-se na fala da profissional que os direitos trabalhistas nem sempre são respeitados, pois a renovação do contrato possibilita a continuidade do vínculo, sem garantir os direitos trabalhistas previstos na CLT. Nenhuma das quatro profissionais entrevistadas possui benefícios trabalhistas como: vale transporte, auxílio alimentação ou plano de saúde, infelizmente nenhuma delas possui.

A rotatividade de profissionais tem impacto tanto para os usuários como para os profissionais. É possível observar que interfere principalmente na continuidade dos serviços, segundo a entrevistada C:

Para os profissionais é ruim e para os usuários é pior. Por exemplo, um assistente social está acompanhando uma família, sabe do procedimento até determinado momento, aí troca de profissional, tem-se a rotatividade, daí vai recomeçar tudo novamente, o profissional vai ter que conhecer as famílias que já eram acompanhadas pela assistente social anterior, tem que começar do zero, então para a família e para o profissional há os impactos (ENTREVISTADA C).

Levando em consideração ao que acham que falta e o que deveria melhorar em seu local de trabalho, duas delas afirmaram que deveriam vir mais recursos para a Política de Assistência Social, pois os recursos que recebem são bastante limitados.

De um modo geral o que a gente vê é a necessidade de mais recursos para que possa ampliar o serviços que a gente pode oferecer, a gente oferta, mas é limitado devido aos recursos serem poucos, então o que devia ser melhorado seriam os recursos (ENTREVISTADA C).

Assim é possível citar a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que instituiu um novo regime fiscal no Brasil na qual congela por vinte anos os gastos públicos com saúde, educação e assistência social.

O surgimento das tecnologias e a substituição da força humana de trabalho por ela, fez com que o desemprego se tornasse cada vez mais presente, então mesmo de forma precária, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho para sobreviver e o capital necessita dessa mercadoria para se sustentar. “O capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas, mas não pode extingui-lo” (ANTUNES, 2001, p. 38). Em consequência

disso, a classe trabalhadora passou a ser mais fragmentada, dividida entre trabalhadores qualificados e não qualificados, participantes do mercado formal e informal, estáveis e precários.

A sociedade tem passado por várias transformações, no âmbito do trabalho com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva<sup>7</sup>, ou seja, as novas formas de organização do trabalho trouxeram diversas consequências para o mundo do trabalho, como o aumento do desemprego e a precarização, ampliando diversas formas precárias de contrato de trabalho, como a terceirização com salários baixos e direitos sociais reduzidos. (ANTUNES, 2001). Neste sentido, questionou-se as profissionais se consideram que o Serviço Social tem sido impactado pelo processo de precarização do trabalho, e obteve-se a seguinte resposta:

Sofremos muito com a precarização, principalmente agora nessa atual conjuntura que a gente vive, onde o trabalhador cada vez mais perde seus direitos. Muitos profissionais estão em situação precária mesmo, tanto precária de serviço, como precária de condições de trabalho, condições de remuneração, então eu acho que deveria melhorar muito. E também essa questão dos concursos, você vê que na maioria dos concursos os salários são defasados. Mais a questão dos processos seletivos, você tem o vínculo temporário de um ano até dois anos no máximo, ou seja, aquele trabalhador não tem estabilidade, está ali temporário. Temos ainda tipos de trabalhos mais precários que é quando eles pegam o trabalhador para credenciar ou para prestar serviços, que aí que você vê mesmo a precarização da força de trabalho do assistente social. Teve municípios que a gente viu recentemente que estava fazendo credenciamento por menor preço; não existe isso! É horrível ver essa situação (ENTREVISTADA A).

Neste sentido é possível citar as formas de contratação por credenciamento do Tribunal de Justiça do Tocantins que credencia Assistentes Sociais sem vínculo nenhum, sem carteira assinada, na qual as profissionais são chamadas esporadicamente para atender demandas emergentes, com isso evita-se o concurso público. Além disso, como foi afirmado por uma das profissionais já se vivencia o processo de contratação de profissionais na modalidade menor preço<sup>8</sup>

<sup>7</sup>A reestruturação produtiva diz respeito a uma série de mudanças no modo de produção capitalista, das quais são mais expressivas e podem elucidar o que de fato torna tão incrementado o modo de produzir com base na pragmática neoliberal, quais sejam: a flexibilização, a terceirização, a precarização do trabalho, etc. Princípios organizacionais dos quais decorrem padrões de produção em que se tem uma vinculação com a demanda, trabalho operário em equipe, just in time, sistema kanban, estrutura horizontalizada, Círculos de Controle de Qualidade, etc. (SILVA, 2011, s/p.).

<sup>8</sup>Nesta modalidade quem justifica o preço é o próprio profissional a ser contratado - que há de ter idoneidade e boa-fé suficientes para apresentar propostas que correspondam ao trabalho a ser expandido. Se o bem ou o serviço forem extraordinariamente complexos, o valor a ser justificado pode ser mais elevado do que o usualmente praticado pelo profissional ou por seus pares: é o futuro contratado, em razão de sua qualificação diferenciada, que pode formar o próprio preço. E isso é demonstrado quando da apresentação da proposta de contratação: lá está a declaração de que aquele é o preço justo e necessário para que o profissional, escolhido de forma personalíssima,

fazendo com que o profissional fique cada vez mais em situação precária de trabalho.

Com a reestruturação produtiva criou-se o trabalhador polivalente e multifuncional, ou seja, o trabalhador passou a exercer diversas funções em seu trabalho. Capazes de manejar os diversos meios tecnológicos, como máquinas e controles numéricos, exercitando sua dimensão intelectual, ao mesmo tempo cria-se uma massa de trabalhadores precarizados, que sem muitas alternativas, acabam procurando formas precárias, como emprego parcial, temporário, por tarefa, etc.

Questionou-se às profissionais se elas estavam satisfeitas com o salário auferido. A Entrevistada C afirma que o salário modesto é desmotivante e a Entrevistada A afirma que outras tarefas, para além das específicas do Serviço Social, não são remuneradas. Foi possível identificar a renda de todas as profissionais que são R\$ 2.200,00; R\$1.100,00 e duas delas possuem salário de R\$ 1.800,00.

“O salário é baixo, muito baixo e sem reajuste, sem gratificações. Em relação à carga de trabalho até que não me sinto muito explorada não, lá os trabalhos são bem divididos, eu cumpro a carga horária de 30h semanais” (ENTREVISTADA B).

Segundo uma pesquisa nacional no ano de 2005, 45,2% dos assistentes sociais tinham salários de 4 a 6 salários mínimos; 20,5% dos assistentes sociais recebiam de 7 a 9 salários mínimos; 18,6% apresentavam salários no valor de 9 salários mínimos e 15,7% dos profissionais tinham salários no valor de 3 salários mínimos. No Tocantins, as instituições públicas municipais apresentam salários no valor de 3 e 4 salários mínimos, já nos órgãos públicos estaduais encontra-se a média entre 3,8 a 4,8 salários mínimos. No Tribunal de Justiça e Ministério Público a média era de 6,3 salários mínimos (CFESS, 2015). A Entrevistada D observa que a ausência de um piso salarial<sup>9</sup> é algo negativo na profissão.

Primeiramente a gente não tem piso salarial, esse é o problema maior que eu acho na nossa profissão porque se não tem o piso salarial, os governantes, os prefeitos, por exemplo, pagam o valor que eles querem. Muitas vezes tem municípios que pagam um salário mínimo e outros pagam dois mil reais, não tem tabela (ENTREVISTADA D).

---

execute aquela contratação extravagante (MOREIRA, 2015, p. 1).

<sup>9</sup> Existe um projeto de lei Nº 467 de 17 de Março de 2005 sobre o piso salarial para Assistentes Sociais que se encontra engavetado, Existe também uma tabela de honorários do Conselho Federal de Serviço Social que pode ser consultada em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/tabela-de-honorarios>.

Para Rocha, Silva e Pereira (2018), as condições de trabalho dos profissionais atuantes na Política de Assistência Social estão cada dia mais tensionadas devido ao aumento dos serviços e demandas. Ou seja, aumentam-se serviços e demandas, mas os recursos materiais, financeiros e humanos fundamentais para a continuidade da qualidade dos serviços que são ofertados à população usuária são cada vez mais reduzidos. “Isso acaba impactando nas condições para o exercício profissional, pois as instituições são mediações fundamentais para o atendimento das demandas incorporadas pelas políticas sociais.” (ROCHA; SILVA E PEREIRA, 2018, p. 4).

É possível afirmar que, tal redução de direitos sociais e trabalhistas demandados pelo Estado neoliberal causam diversos impactos na sociedade, por exemplo,

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem estar social e reduz o seu papel em áreas como à assistência social, quem um dia foram tão fundamentais para o neoliberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoas a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa (HARVEY, 2005, s/p).

A corporatização, a privatização e a mercadificação se tornaram símbolos do projeto neoliberal. Tendo como objetivo principal abrir a acumulação de capital. Com isso, todos os tipos de utilidade pública, como, a água, telecomunicações, transporte, assim como também os benefícios sociais, habitação, educação, assistência à saúde, pensões, as instituições públicas como universidades, laboratórios de pesquisas, presídios, dentre outros.

Desse modo, no neoliberalismo os trabalhadores são empregados através de contratos precários de trabalho de curto prazo com a finalidade de maximizar a flexibilidade. Aparecem assim no mercado de trabalho os diferentes seguimentos, da mesma maneira que ocorre o uso contínuo de distinções de raça, etnia, gênero e religião, de forma que trazem benefícios aos empregadores.

Todas as profissionais da Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO trabalham as 30 horas semanais (Lei12.317, de 26 de agosto de 2010), que garante as/os profissionais de Serviço Social jornada máxima de 30 horas semanais, sem redução salarial. mas três delas afirmaram que fazem horas

extras que não são remuneradas, além do mais, duas delas afirmaram que levam trabalho do serviço para ser feito em casa sempre que é necessário.

Às vezes faço horas extras e não são remuneradas. Dependendo da necessidade da demanda, eu trabalho de 07h até 13h, mas muitas vezes eu tenho que trabalhar o dia todo, por conta das demandas, às vezes tem programações, tem campanhas, tem alguma coisa que tem que ser feita à tarde, então tenho que ir a tarde (ENTREVISTADA B).

Além disso, foram perguntadas se tal jornada tem impacto no salário do assistente social, duas delas afirmaram que sim. “Sim, tem impacto no salário sim. Veladamente não é dito que você recebe pouco por causa das 30h, mas a gente acaba entendendo que é” (ENTREVISTADA B).

As profissionais foram perguntadas se já sofreram algum preconceito por trabalharem na referida profissão, duas delas deixaram bem claro que sim:

Demais, demais mesmo. O pessoal não vê a gente como uma profissional capaz de estar intervindo, como um profissional capaz, penso que as pessoas deveriam conhecer mais porque não sabem o tanto que um assistente social é importante para a execução de vários trabalhos, várias políticas. Por exemplo, a política de educação deveria ser obrigatório ter um profissional de serviço social para estar intervindo junto àquelas crianças, adolescentes, então falta mesmo é a população reconhecer a profissão como as demais profissões, por exemplo, a medicina (ENTREVISTADA A).

Principalmente quando a gente ocupa cargo público. Como eu posso dizer, tipo uma mania de achar que o assistente social ele só lida com pobre, a classe pobre, então ele não é valorizado por isso e às vezes há imposição principalmente dos órgãos da gestão que acabam achando você inferior e querem te ensinar a fazer teu trabalho. Não confiam na informação que você passa, querem interferir na forma de você trabalhar justamente achando que você não tem qualificação que sua faculdade não lhe trouxe qualificação necessária (ENTREVISTADA B).

Observa-se nas falas que a desvalorização do trabalho do assistente social é um aspecto negativo e precisa ser combatido pelas próprias profissionais e pelo conjunto CFESS/CRESS. “A maioria fala que é uma profissõzinha de pobre, de mexer com pobre, eles não vêem valor nenhum, mas, eu não me importo que falem, se fosse para mim escolher novamente o Serviço Social eu escolheria novamente” (ENTREVISTADA A).

Por fim, as profissionais foram questionadas sobre a importância do trabalho em suas vidas, todas afirmaram ser fundamental, pois além de crescerem profissionalmente, também amadurecem pessoalmente. “O trabalho é fundamental

porque através dele eu estou crescendo diariamente tanto pessoalmente como também profissionalmente” (ENTREVISTADA D).

Olha o trabalho para mim é uma forma de aprender, de crescer, de desenvolver. O importante não é só o ganho mensal, porque se você for analisar é bem pouco, mas a gente cresce e aprende muito como pessoa, como profissional, existe uma convivência com os demais profissionais e isso é muito bom (ENTREVISTADA C)

Todo esse contexto aponta para as difíceis condições de trabalho a que tal categoria está submetida, trazendo consequências para a satisfação no trabalho e para a saúde física e mental de toda a classe profissional.

Em consequência disso, nos últimos anos, o Conselho Federal de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social, vem lutando de várias formas na garantia e ampliação dos direitos dos profissionais de Serviço Social e de toda classe trabalhadora, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O conjunto CFESS/CRESS enquanto instância representativa, bem como os assistentes sociais buscam de forma contínua a defesa e a reafirmação dos direitos da classe trabalhadora, na consolidação das condições econômicas, sociais e políticas procurando pelo desenvolvimento de uma sociedade emancipada, sem dominação de classes, pois “a cidadania presente no Projeto Ético-Político articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições nos marcos de uma sociedade não-capitalista” (CFESS, 2012, p. 1).

Nesta perspectiva, as condições de trabalho do Assistente Social são demandadas pelas imposições da precarização do trabalho imposta pelo modelo de produção capitalista que se manifestam na tensão entre o Projeto Ético Político e o seu estatuto de assalariamento. Assim como também,

Na dupla determinação de seu trabalho – útil e abstrato –, na autonomia que é condicionada pelas lutas hegemônicas, ou seja, no dilema histórico entre causalidade e teleologia, entre as condições materiais e historicamente dadas para a realização de seu trabalho e a intencionalidade, o “pôr” teleológico de sua atividade (ALVES, 2015, p. 181).

Por tudo isso, resulta dizer que a atuação profissional, inserida na totalidade do processo social, na reprodução dos modos de vida dos homens e no processo de organização da sociedade, se dá em uma totalidade concreta em



constante movimento, centralizada pelos interesses de classes sociais antagônicas, “respondendo às demandas do capital e do trabalho, configurando seu processo interventivo na tensão entre esses interesses” (ALVES, 2015, p. 181). O item seguinte apresentará as considerações finais da referida pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos traçados por essa pesquisa, foi possível conhecer como são as condições de trabalho das/os profissionais assistentes sociais da Política Pública de Assistência Social do município de Miranorte-TO, bem como foi possível compreender os impactos do processo de precarização do trabalho para o serviço social e para a política pública de assistência social

O serviço social atua hoje nos mais diversos espaços de trabalho, “como as políticas sociais, o chamado campo sociojurídico, empresas, organizações não governamentais e movimentos sociais” (CFESS, 2012, p.01). No entanto, a Política de Assistência Social, seguida da política de saúde, são as áreas de maior concentração profissional.

Assim é possível afirmar que é na tensão entre a defesa dos direitos sociais, das políticas públicas, no atendimento às demandas que lhe são postas no que se refere às necessidades sociais, que o profissional assistente social atua. Não obstante, a profissão sofre os rebatimentos nas relações e condições de trabalho postas pela sociabilidade burguesa que se manifestam na atual conjuntura pela financeirização do capital (ALVES, 2015). Dito isto, é na restrita articulação com os movimentos, entidades e forças políticas dos trabalhadores no amparo dos direitos humanos e sociais que se fortificam as bases para o fortalecimento de uma perspectiva crítica e totalizante dos processos de trabalho em que está introduzido o trabalho do assistente social.

Por meio da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social foi implementada como uma política social não contributiva, voltada para atender aqueles que não conseguiam suprir suas necessidades, por condições geracionais, por exemplo, a infância e a velhice ou por causa de problemas físicos ou mentais.

Assim, “é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993, p. 09). Dito isto, a Política de Assistência Social no Brasil foi regulada no ano de 1993, sendo a última área da seguridade social a ser organizada juridicamente, predizendo grande mudança no sistema de proteção social brasileiro, com foco em programas voltados para o reconhecimento do usuário como sujeito de

direitos, de caráter preventivo, superadores da visão assistencialista, com a descentralização dos programas e serviços, além do mais, ampliando a participação dos usuários (MESTRINER, 2008).

Com a pesquisa foi possível conhecer como são as condições de trabalho das profissionais que atuam na Política de Assistência Social no município de Miranorte-TO, concomitantemente a isso pôde-se perceber as principais dificuldades que tais profissionais encontram em seu cotidiano de trabalho. Mesmo que sua atuação ocorra de forma limitada por conta de questões da precarização de seu trabalho, todas as profissionais estão engajadas nas bandeiras de luta do Serviço Social, se dedicando à profissão e buscam concretizar o Serviço Social enquanto profissão crítica e interventiva.

Percebeu-se que as profissionais possuem condições de trabalho ainda precárias mesmo após uma reforma que teve recentemente em seus espaços de trabalho. Observou-se que ainda sofrem bastante com a precarização do trabalho, porque possuem baixos salários, salas quentes, falta de carro exclusivo para realização das visitas, etc. Os seus espaços de trabalho deixam muito a desejar tanto nas condições materiais, quanto físicas e, além disso, os recursos destinados à Política de Assistência Social da cidade estão cada vez mais escassos, segundo relatos das profissionais.

Observou-se que no município de Miranorte-TO possuem 5 profissionais atuando na Política de assistência social, somente uma delas possui vínculo efetivo. As quatro profissionais entrevistadas todas são contratadas e externaram o desejo de prestarem concursos públicos até passarem.

Foi possível identificar com a pesquisa grande descontentamento das profissionais principalmente no que se refere aos seus salários, e todas elas estão muito desmotivadas no cargo que ocupam atualmente, devido a essa questão salarial. Segundo elas, percebem grande desvalorização da categoria profissional por parte dos gestores em todo o município. Assim é possível concluir que a categoria profissional encontra-se bastante defasada principalmente pela questão do baixo salário em que as profissionais estão submetidas atualmente.

Pôde-se observar que todas as profissionais cumprem 30 horas semanais de trabalho, mas no mesmo momento percebeu-se que algumas delas levam trabalho para casa e quando necessário faz horas extras nas quais não são

remuneradas. Além do mais, não possuem nenhum benefício trabalhista como vale transporte, auxílio alimentação ou plano de saúde.

Observa-se que atualmente a relação de trabalhadores terceirizados, contratados por tempo determinado, é bem maior do que o número de trabalhadores contratados diretamente pelas empresas, em diversos casos, em muitas categorias profissionais, apontam uma dimensão muito grande de empregados subcontratados, ultrapassando o número de efetivos. Isso trás grandes impactos junto á Política Pública de Assistência Social tanto para o Serviço Social, quanto para os profissionais e, além disso trás conseqüências também para os usuários.

Para a Política em si, observa-se que os contratos temporários de trabalho causam descontinuidade no andamento dos serviços, trazendo impactos negativos também na interação da equipe, porque com a falta de concursos públicos ocorre a rotatividade, toda vez que muda um profissional na equipe, a nova pessoa que entra até pegar o ritmo do trabalho leva certo tempo. Além disso, com contratos temporários, os trabalhadores possuem muitas limitações, principalmente ameaças ao desemprego. Para os usuários os impactos são em relação a ele ter que acostumar e expor sua história de vida várias vezes, tendo que se adaptar aos atendimentos constantemente com um profissional novo, diferente do que já vinha acompanhando.

É nessa perspectiva que o Assistente Social luta e defende a realização de concursos públicos, para que tais condições de precarização, contratos temporários sejam pelo menos evidentes no cotidiano de trabalho dos profissionais.

É possível ver que atualmente a Política de Assistência Social ainda é permeada por questões políticas, o assistencialismo e a politicagem interferem bastante na busca pela efetivação da Política, que a vêem como caridade, ajuda ao próximo e não como um direito social garantido pelo Constituição Federal, isso trás diversas conseqüências negativas, tanto para os profissionais quanto para os usuários. Além de trazer conseqüências negativas também para a Política.

Então é preciso superar uma característica histórica da sociedade brasileira, vencer a política do favor, enraizada nas instituições e na cultura brasileira, e a relação pedinte-doador intermediada pela figura da/o assistente social. Essas relações constituídas historicamente e arraigadas culturalmente descaracterizam a assistência social como política pública. Essa cultura deve ser debatida com mais ênfase para que seja possível uma mudança significativa e

definitiva na forma como essas questões são tratadas pela própria profissão e pela sociedade.

Mesmo com situação precária em seus espaços de trabalho, as profissionais dispõem de uma sala reservada para atendimentos individuais, os documentos são guardados em lugar de acesso restrito ao profissional, ficando assim mantido o sigilo profissional, como dispõe a Resolução 493 de 21 de Agosto de 2006.

No que se refere às exigências da NOB/SUAS é possível afirmar que o município atende a especificação básica, ou seja, atende as condições mínimas de operacionalização da Política Pública de Assistência Social.

É de grande importância destacar que a pesquisa contribuiu significativamente para o desenvolvimento intelectual da pesquisadora e colaborou para pensar a Política de Assistência Social do município de Miranorte-TO enquanto espaço de atuação do profissional assistente social conforme Projeto Ético Político, mas que ainda muitas coisas podem ser feitas para a melhoria da atuação do profissional assistente social nos referidos espaços de trabalho, por exemplo, os baixos salários, as questões relacionadas às condições de trabalho, falta de recursos humanos, financeiros, aspectos esses que interferem no agir profissional do cotidiano.

Foram apontados pelas profissionais alguns desafios e limitações do trabalho em Serviço social, como a precarização das condições físicas e estruturais de trabalho, os contratos temporários tanto no Serviço Social como em outras áreas que geram rotatividade de profissionais, os baixos salários, a falta ou escassez de recursos para a política de assistência social.

Pode-se apontar a necessidade e urgência de permanecermos vigilantes na luta pelos direitos sociais, principalmente na atualidade, na qual vivemos a precarização do trabalho de forma estampada e o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Deste modo, através da presente investigação os objetivos da pesquisa foram todos alcançados, as profissionais entrevistadas responderam todas as perguntas de forma satisfatória para o desenvolver da pesquisa, para que tais objetivos pudessem serem alcançados.

No contexto da sociedade brasileira, quando a classe operária começa a se organizar e lutar para conquistar melhorias, exigindo melhores condições de

trabalho, o capital articulava mecanismos que viessem manipular e desarticular os trabalhadores, tendo o Serviço Social como um aliado para tais objetivos (CASTRO, 2008).

É de grande importância destacar que um objetivo histórico da classe trabalhadora foi e ainda é lutar por melhores condições de vida e de trabalho e o Serviço Social como parte desta classe, também dispõe de uma bandeira de luta, buscando incansavelmente por condições dignas de trabalho tanto para a profissão quanto para a classe trabalhadora de forma geral.

Dito isto, a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na atual conjuntura encontra-se em constante ameaça, principalmente pelas diretrizes do neoliberalismo, que prevê, dentre outros objetivos, a privatização do setor público, das políticas públicas e a redução dos direitos sociais e trabalhistas. Sendo assim, a defesa e materialização de tal projeto profissional consistem em uma luta constante da categoria, uma luta coletiva do Serviço Social em todos os espaços ocupacionais da categoria.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Giséli Ferreira. **Serviço Social e Política de Assistência Social: A materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social de Palmas**. 98f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

ALVES, Gláucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! In: Revista **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015, p. 181-204.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social – história, análise crítica e avaliação**. Curitiba: Juruá, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004, p. 335-351. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 15 de outubro de 2018

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. In: **Revista O Social em Questão**. Ano XVIII, nº 34, 2015, p. 19-40.

BATISTA, Alfredo Aparecido. **Trabalho, questão social e serviço social**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014.

BORGES, Vânia Venzel. O Projeto Ético-Político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço Social. In: **Espaço Cultural**, Ano XIII nº 26, 1º semestre 2012, p. 157-172. Disponível em

<e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../6106> Acessado em 20 de julho de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras livres: Editora UNB, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 174º da Independência e 107º da República. 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no Diário da União – DOU. 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulamentação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 87, set. p. 123-13, 2000.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Márcia da Silva. **O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Artigo recebido em setembro/2003. Aprovado em maio/2005 RBCS Vol. 20 nº. 59 outubro/2005.

CFESS. **Sobre a profissão de assistente social**. 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/documentoCFESS-PisoSalarial.pdf>. Acessado em 20 de Junho de 2016.

CFESS. **Código de Ética do/da assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. Ed. rer. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. -- Brasília, CFP/CEFESS, 2007. 52 p.



CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica 112. **Terceirização e negociação coletiva**: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro. Julho 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec112terceirizacao.pdf>> Acesso em 10/07/2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado Capitalista**. 8ª ed. rev. São Paulo: Cortez. 2000.

\_\_\_\_\_. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 84, 2005.

GARCIA, Jefferson. Lições de José Paulo Netto sobre o método em Marx. In: **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**, n] 28 – maio-outubro. 2013. Disponível em <[www.periodicos.uem.br](http://www.periodicos.uem.br) > Capa > n. 28 (2013) > Garcia > Acessado em 22 de Dezembro de 2014.

GENNERI, Adilson Marques; ALBUQUERQUE, Cristina. **Precarização do trabalho no Brasil**. Mapeamento das configurações sociais, econômicas e políticas e impactos nas condições de vida dos trabalhadores e famílias. VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. São Paulo. 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IGBE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Miracema do Tocantins**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=171320>. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou Vulnerabilidade Social? Social vulnerability or risk?** Submetido em: setembro/2012. Aprovado em: dezembro/2012. Disponível em <file:///C:/Users/Gis%C3%A9li%20Ferreira/Downloads/12173-48632-1-PB%20(1).pdf> acessado em 02 de Junho de 2016.

MACEDO, Gildeth Evangelista de; BARBOSA, Edileusa Gomes. **Guia Informativo da Assistência Social para Gestores Municipais** – 1ª edição: SETAS, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto Comunista (1848)**. Edição RidendoCatigal Mores. Versão para e Books Brasil.com Fonte digital RocketEdition de 1999. 1848. Disponível em: [WWW.janhr.org](http://WWW.janhr.org). Acessado em 13 de Junho de 2016.

MARX, Karl. **O capital**. Edição Resumida. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. – 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. Campinas – SP: Boitempo, 2002. 1002 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

\_\_\_\_\_. MSC. Et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2007. 108p.

MIRANORTE. **Sistema Único de Assistência Social do Município de Miranorte**. Prefeitura de Miranorte. 2016.

MOREIRA, Egon Bockman. **Contratação por inexigibilidade e o dilema da definição do preço**. 2015. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/contratacao-por-inexigibilidade-e-o-dilema-da-definicao-do-preco>. Acessado 15 de abril de 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social: um estudo comparado entre Brasil e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, A. M. **Territorialidades Camponesas na educação dos assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins – TO.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia – UFU-IG: Programa de Pós-graduação em Geografia. Uberlândia, 2013. 253 p.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAULO NETTO, José. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social.** Redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>> acessado em 28 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx/** José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 64p.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social, Direitos e competências profissionais.** Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. ABEPSS/CEFSS: 2009.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Social,** nº 84, Novembro de 2005, p. 05-18.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Demandas e Respostas. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em <[http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana\\_9788579830389-04.pdf](http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana_9788579830389-04.pdf)> acessado em 01 de Maio de 2016.

REVISTA EXAME. **Tocantins**. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/estados/to/>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

ROCHA, Lutz Franchesco da Silva; SILVA, Jeane Andreia Ferraz; PEREIRA, Adelis Kauana Gonçalves. **Perfil e relações de trabalho de trabalhadores dos Cras no Estado Do Espírito Santo: Política De Assistência Social precária e contratos precários**. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/20017>. Acessado em 20 de março de 2018.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. (Coordenadora). 4 ed. São Pulo: Cortez, 2011.

SILVA, Vanessa Isoppo da; ARAUJO, Vera NíciaFortkamp de. **A efetivação da política de assistência social com ações da proteção social básica do sistema único de assistência social SUAS na atenção a pessoa**. 2011?. Disponível em <[http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.232731001296753559\\_protecao\\_social\\_l\\_baica\\_na\\_assistencia\\_social.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.232731001296753559_protecao_social_l_baica_na_assistencia_social.pdf)> acessado em 11/01/2015.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **Reestruturação Produtiva: um ataque ao trabalho**. Disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/REESTRUTURACAO\\_PRODUTIVA\\_UM\\_ATAQUE\\_AO\\_TRABALHO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_UM_ATAQUE_AO_TRABALHO.pdf).. Acessado em 01 de Julho de 2016.

SPOSATI, Adafza. Contribuições para a construção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 78- ANO XXIV- julho de 2004, editora Cortez. p. 171-187.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social/ Maria Carmelita Yazbek**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .</b>	<b>87</b>

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

Tema: condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social de Miranorte-To

Autora: Giséli Ferreira Alves

Orientadora: Prof<sup>a</sup>Msc. Débora de Paula Bolzan

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

**Perfil geral: dados pessoais**

Nome: \_\_\_\_\_

—

Idade: \_\_\_\_\_ Naturalidade:

Escolaridade:

Situação Conjugal:

Endereço:

Telefone:

Email:

**Questões relacionadas ao trabalho**

Cargo ocupado:

Possuí mais vínculos?

Natureza da instituição em que atua (pública, privada, filantrópica):

Renda mensal:

- Já fez ou pretende um dia prestar concurso? (se sim, qual importância tem um concurso para você?)
- Após formada/o, sua inserção no mercado de trabalho foi imediata?
- Quais são as condições de trabalho? (físicas e estruturais: instalações físicas, materiais de trabalho, carro).
- O que falta ou o que pode ser melhorado?
- O que você mudaria ou acrescentaria no seu ambiente de trabalho?
- Descreva como é o ambiente de trabalho (local de trabalho, condições materiais, instalações).
- Você se sente explorada?
- Você considera que a profissão tem sofrido algum processo de precarização do trabalho? (salários, condições de trabalho, vínculos trabalhistas)
- Há muita rotatividade de assistentes sociais no seu trabalho?
- Por que isso acontece?
- Quais os impactos para as profissionais e para os usuários?

**Carga horária de trabalho**

- Carga horária semanal de trabalho:
- Você faz horas extras? Se sim, é remunerada?
- Você leva trabalho para casa? Com que frequência (as vezes/sempre/nunca)?
- Você acha que a jornada de 30 horas tem impacto no salário?
- Você acha que a jornada de 30 horas poderá intensificar a exploração no Serviço Social?

### **Benefícios sociais e trabalhistas**

Tipo de vínculos empregatícios (contrato temporário previsto na CLT, cargo comissionado, concursado):

- Possui benefícios trabalhistas? (vale-transporte, auxílio alimentação, plano de saúde):
- Tem proteção social (previdência social, aposentadoria) e direitos sociais (férias, décimo terceiro, licença maternidade, etc.)?
- Você gostaria de ter outro tipo de vínculo trabalhista?
- Você considera seu salário justo para o cargo?
- Como conseguiu esse emprego?

### **Relações de hierarquia/relações profissionais:**

- No trabalho, quem ocupa (sexo e profissão) os cargos de poder/chefia?
- Como é a relação de hierarquia com os superiores e com os subordinados? Amistosa, conflituosa? Relate alguma situação.
- Como é a relação com profissionais de outras áreas? Há conversa, amizade ou são relações estritamente profissionais?
- Você percebe se alguma profissão recebe mais prestígio, mais reconhecimento social/financeiro no local de trabalho?
- Como é a interação com os usuários? Constante, direta? Há confiança?

### **Aceitação e identidade (reconhecimento com a profissão escolhida)**

- Por que escolheu essa profissão?
- Você já sofreu ou sofre algum preconceito por trabalhar nessa profissão?
- Você se identifica com a profissão?
- Qual a importância do trabalho na sua vida? (o trabalho na constituição da identidade).
- Como você se sente nessa profissão? (há satisfação profissional).
- Como você acha que seu trabalho é visto pelos usuários das políticas públicas?
- O que você acha que eles esperam do seu trabalho?
- O que as outras pessoas acham do seu trabalho? (amigos, parentes, colegas).
- Você considera que seu trabalho é valorizado socialmente e financeiramente?
- Você se sente satisfeita/o profissionalmente?
- Se pudesse escolher outra profissão, mudaria?
- Já se arrependeu dessa profissão? (Se a resposta for positiva explore mais)
- Você gostaria que seus filhos seguissem essa profissão?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar a participação voluntária na pesquisa que tem por título: *condições de trabalho das assistentes sociais da política pública de assistência social de Miranorte-TO*, com o objetivo de investigar as condições de trabalho das assistentes sociais na Política Pública de Assistência Social no município de Miranorte-TO, bem como verificar os principais desafios enfrentados pelas profissionais em seu local de trabalho.

Esta pesquisa será desenvolvida pela especializanda Giséli Ferreira Alves sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Msc. Débora de Paula Bolzan, como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Serviço Social e Política Social, da Universidade Federal do Tocantins. A pesquisadora compromete-se a explicitar adequadamente qualquer dúvida no momento da pesquisa ou posteriormente, por meio do contato: 6384283281; ou ainda via e-mail: gigi\_ferreira01@hotmail.com.

Será utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semi-estruturadas, tendo duração aproximada de 20 (vinte) minutos e será devidamente gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes das participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade e autonomia de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Declaro estar ciente das informações constantes neste 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido', entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abduco direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo.

Após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a de todos os aspectos desta pesquisa, eu \_\_\_\_\_ concordo em participar desta pesquisa.



---

Giséli Ferreira Alves  
(Assinatura da Pesquisadora)

---

Assinatura do/a Participante e Data